



Universidade Técnica de Lisboa



Faculdade de Motricidade Humana

**Relatório Detalhado Sobre a Atividade Profissional
dos Últimos Cinco Anos
(2007 – 2012)**

Relatório Final de Mestrado

**Elaborado com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino da
Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário**

Orientador: Professor Doutor António José Mendes Rodrigues

Júri:

Presidente

- Doutor Marcos Teixeira de Abreu Soares Onofre

Vogais

- Doutor António Mendes Rodrigues

- Doutora Ana Luísa Dias Quitério

António Miguel da Silva Patrício Gomes Valadares

2013

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu filho Diogo, à Sandra e Leonor pela paciência apoio e compreensão demonstrados ao longo deste processo.

Ao professor orientador Doutor António Mendes Rodrigues, pelos comentários e disponibilidade na supervisão prestada ao longo da elaboração deste relatório.

Aos meus professores, companheiros de profissão e alunos que de forma direta ou indireta influenciaram esta reflexão.

Para os meus pais,
Emílio e Graça

RESUMO

Revelo e reflito neste relatório sobre a minha experiência de mais de vinte anos de desempenho docente na área da Educação Física, baseando-me nas quatro dimensões do relatório de autoavaliação do último processo de avaliação docente, designadamente: Dimensão Vertente Profissional Social e Ética; Dimensão Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem; Dimensão Participação na Escola e Relação com a Comunidade Educativa e Dimensão Desenvolvimento e Formação Profissional ao Longo da Vida.

Desenvolvo esta reflexão a partir da análise do valor educativo da disciplina de educação física, valor que está na base e tem motivado toda a minha atividade docente.

Esta consciência do valor formativo e transformador do trabalho que desenvolvo na escola está presente em todos os momentos da minha atividade docente, dando sentido à minha vida profissional.

Este valor está exposto neste relatório através da análise crítica das atividades que desenvolvi, não apenas com as turmas que lecionei, mas também nas atividades promovidas no âmbito do Clube de Desporto Escolar, do projeto “Escola Ativa” e as resultantes da minha intervenção junto da comunidade escolar, onde me encontro inserido.

Palavras-chave: Educação Física, Ensino, Saúde, Escola, Relatório, Professor, Alunos, Avaliação, Monte Gordo, “Escola ativa”.

ABSTRACT

This report reflect and reveal my experience and performance of more than twenty years as physical education teacher.

It is based on the four dimensions of self-assessment report of my last teacher evaluation process, namely: Strand Professional, Social and Ethics Dimension; Development teaching and Learning Dimension; Participation in School and Relationship with the Community Education Dimension; Development and Training Lifelong Dimension that develop this reflection.

I build up this reflection, analyzing the educational value of physical education, an amount that is the base of my motivation throughout my teaching activity.

This awareness of the value of formative and transformative work I develop at school is present in every moment of my teaching activity, giving value and meaning to my professional life.

This value is exposed in this report through the critical analysis of the activities that I developed not only with the classes I taught, but also with regard to activities undertaken in the context of the School Sports, which fall within the project "Escola Ativa". and those that stand out of my intervention with the school community in which I found myself inserted.

Keywords: Physical Education, teaching activity, health, school, report, teacher, students, assessment, Monte Gordo, "Escola ativa".

Índice

1. Introdução	7
2. Contextualização do espaço de intervenção.	8
2.1. Caraterização geográfica e estrutural.	9
2.1.1- <i>Instalações Desportivas.</i>	11
a) <i>Instalações desportivas da Escola Básica de Monte Gordo.</i>	12
2.2. Caraterização das estruturas pedagógicas e serviços de apoio educativo.	13
2.2.1. <i>O Conselho Geral.</i>	13
2.2.2. <i>A Direção do Agrupamento.</i>	14
2.2.3. <i>O Conselho Pedagógico.</i>	15
2.2.4. <i>Os Departamentos Curriculares: Subdepartamento de Educação Física.</i>	15
2.2.5. <i>O Conselho de Turma.</i>	17
2.2.6. <i>Os serviços especializados de apoio educativo.</i>	18
a) <i>Núcleo de Educação Especial.</i>	18
b) <i>Unidade de Ensino Estruturado.</i>	19
c) <i>Gabinete de Apoio ao Aluno e Família.</i>	19
2.2.7. <i>A Biblioteca Escolar.</i>	20
2.2.8. <i>A Associação de Pais e Encarregados de Educação.</i>	21
2.3. Caraterização das estruturas educativas operacionais e programáticas.	21
2.3.1. <i>O Projeto Educativo.</i>	22
2.3.2. <i>O Projeto Curricular.</i>	26
2.3.3. <i>O Plano de Atividades.</i>	29
3. Análise da minha prática profissional nos últimos 5 anos letivos.	31
3.1. Cargos desempenhados.	31

3.2. A Educação Física; Um valor educativo insubstituível e fator motivacional incontornável da minha prática letiva.	31
3.3. A prática profissional	37
3.3.1. <i>Dimensão profissional social e ética</i>	37
3.3.2. <i>Dimensão desenvolvimento do ensino e aprendizagem.</i>	38
3.3.2.1. <i>Preparação e organização das atividades letivas.</i>	38
3.3.2.2. <i>Realização das atividades letivas.</i>	41
3.3.2.3. <i>Relação pedagógica com os alunos e clima de aula.</i>	46
3.3.2.4. <i>Avaliação das aprendizagens dos alunos.</i>	47
a) <i>Avaliação inicial.</i>	48
b) <i>Avaliação formativa.</i>	49
c) <i>Avaliação sumativa.</i>	50
d) <i>Autoavaliação.</i>	52
3.3.3. <i>Dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa.</i>	52
3.3.3.1. <i>Projeto “Escola Ativa”</i>	54
3.3.3.2. <i>Desporto Escolar</i>	58
3.3.4. <i>Dimensão desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.</i>	59
4. Reflexão final	62
5. Bibliografia	68
6. Anexos	73

Índice de figuras

Figura 1 – Localização geográfica de Monte Gordo.	9
Figura 2 – Atividade “Turma Ativa”: Caminhada para a piscina e jogos em meio aquático	53
Figura 3 – Site “Cuico Activix” no FacebookK.	57
Figura 4 – Notícia em Jornal do Algarve e Cartaz da Caminhada “Escola Ativa” (11 Abril de 2012)	58

Índice de Anexos

Anexo I – Calendarização Curricular anual (5º e 6º Anos).	74
Anexo II – Critérios Avaliativos na Educação Física (5º e 6º Anos).	75
Anexo III – Quadro do Projeto Educativo (Escola D. José I).	76

1. Introdução

“Só com uma educação física de qualidade poderemos oferecer cidadãos conscientes, de atitudes e valores nobres, fisicamente ativos para uma sociedade em constante mudança.”

(Vieira, 2007)

Pretendo com este relatório, fazer uma descrição crítica da minha atividade docente nos últimos cinco anos letivos, na escola Básica de Monte Gordo que pertence ao recém-formado Agrupamento de Escolas Dom José I – VRSA.

Este documento foi elaborado de acordo com as seguintes quatro dimensões, incluídas no meu último processo de avaliação docente:

- Dimensão Vertente Profissional Social e Ética;
- Dimensão Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem;
- Dimensão Participação na Escola e Relação com a Comunidade Educativa;
- Dimensão Desenvolvimento e Formação Profissional ao Longo da Vida.

Cada Dimensão engloba uma série de domínios onde caracterizo e reflito sobre o meu papel na escola e na comunidade enquanto professor de Educação Física.

Início o relatório através da contextualização do meu espaço de intervenção, partindo de seguida para o desenvolvimento e análise crítica da minha atividade profissional ao longo destes últimos quatro anos de trabalho, refletindo previamente sobre o papel da disciplina de educação física e sobre a sua imprescindibilidade na escola de hoje.

Termino o relatório através de uma reflexão final onde comento os aspetos que considero relevantes da minha experiência docente, de mais de vinte anos, destacando pontos fortes e fracos desta minha já longa experiência propondo projetos e ideias para o futuro.

2. Contextualização do espaço de intervenção

M. Zabalza (2002) afirma que é necessário conhecer-se o contexto de condições em que se vai desenvolver a programação a realizar de modo a reunir as condições necessárias e fundamentais para que se possa planear e desenvolver um trabalho devidamente enquadrado e de acordo com as necessidades do contexto em que estamos inseridos.

Nesta perspetiva, começo por fazer, neste capítulo, uma caracterização contextual do meu espaço de intervenção profissional.

A Escola Básica de Monte Gordo, faz parte do recém-formado, Agrupamento de Escolas Dom José I – VRSA, constituído pelas seguintes escolas:

- Escola Básica 2, 3 D. José I de Vila Real de Santo António;
- *Escola Básica de Monte Gordo* (inclui Pré-escolar, 1.º 2.º e 3.º ciclos);
- Escola Básica 1 com Jardim de Infância Professor Caldeira Alexandre,
- Escola Básica 1 com Jardim de Infância António Aleixo;
- Escola Básica 1 com Jardim de Infância Santo António.

A Escola E.B. 2,3 de Monte Gordo foi criada pela portaria do Ministério das Finanças e Educação 549/98 de 19 de Agosto e começou a funcionar no ano letivo de 98/99, apenas com 2º e 3º ciclos. Constituiu-se no ano letivo de 99/2000 como agrupamento vertical, com Pré-escolar, 1.º ciclo (E.B. nº 1 e E.B. nº 2), 2.º e 3.º ciclo.

No ano letivo de 2005/2006 iniciei a minha atividade nesta escola.

No ano letivo de 2011/2012, o Agrupamento de Escolas D. José I e o Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Gordo associaram-se, formando o atual Agrupamento Dom José I – VRSA, cuja sede é na escola E. B. 2,3 Dom José I, em Vila Real de Santo António.

Na Escola Básica de Monte Gordo (antigo Agrupamento de Escolas de Monte Gordo), onde leciono, funcionam no mesmo recinto diferentes opções curriculares e diferentes níveis de ensino: pré-escolar, o 1º, 2º e 3º ciclo, Currículos Alternativos (C.A.), Cursos de Educação e Formação (C.E.F.) e Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF). A escola desenvolve ainda várias opções através das Atividades extracurriculares (AEC) de índole opcional; Língua Estrangeira (Inglês) – 1º Ciclo (3º e 4º anos); Expressão Físico Motora – 1º Ciclo; Educação Musical, Educação Tecnológica e Tecnologias da Informação e Comunicação. Na Área da Formação Social e Pessoal a escola oferece a disciplina de Educação Moral e Religião Católica e outras Confissões.

No capítulo das Atividades de Complemento Curricular a escola oferece vários clubes dos quais se destacam, pela sua relevância e número de inscritos, o Clube de Teatro

e o Clube de Desporto Escolar. Existe ainda a oferta de Apoio Pedagógico Acrescido e apoio ao estudo.

2.1. Caraterização geográfica e estrutural

A escola Básica de Monte Gordo situa-se à entrada da vila piscatória de Monte Gordo. Esta vila é uma das freguesias do Concelho de Vila Real de Santo António, localizada no litoral algarvio a Este desta Província e abrange uma área de 4,12 Km², tendo como limite, a Norte e a Poente, o Concelho de Castro Marim, a Sul, o Oceano Atlântico e a Nascente a freguesia de Vila Real de Santo António do mesmo concelho.



Figura 1 – Localização geográfica de Monte Gordo e Vila Real de Santo António

Monte Gordo (Fig.1) integra-se numa das zonas húmidas mais importantes do país formada por sapais salgados, corpos de água salobra, salinas e esteiros, abrigando um elevado número de espécies faunísticas e florísticas.

Monte Gordo encontra-se igualmente, no Perímetro Florestal das Dunas de Vila Real de Santo António, onde a plantação de pinheiros teve início no ano de 1917 com a finalidade de criar uma cortina de proteção das hortas do interior contra os ventos do sul, mais destrutivos, permitindo assim a fixação das dunas litorais e evitando a sua deslocação para o interior por efeito dos ventos.

Embora alguns povos tenham passado por estas terras algarvias em épocas remotas, o verdadeiro nascimento de Monte Gordo iniciou-se na primeira metade do século XVIII, com a fixação temporária de pescadores que vinham capturar o seu pescado nestas águas.

Durante séculos, o único sinal de presença humana em Monte Gordo foram cabanas de pescadores, junto a um amplo areal rodeado de pinhais. Hoje, Monte Gordo é uma vila do sotavento algarvio, tendo conquistado este título em 2001.

A localidade de Monte Gordo é um destino turístico muito procurado por portugueses e estrangeiros e a sua população possui uma identidade muito própria e, tendencialmente, fechada a qualquer elemento estranho à comunidade. O povoamento é concentrado com 3308 habitantes, de acordo com os dados dos censos de 2011.

Ainda que se registe um aumento populacional no concelho de VRSA entre 2001 e 2011, este crescimento populacional não se reflete na freguesia de Monte Gordo. Observa-se um aumento da população idosa, cuja relação com o número de jovens começa a entrar em desequilíbrio, existindo no concelho 128 idosos por cada 100 crianças.

Apesar da taxa de analfabetismo de 8% registada no concelho ser inferior à média da região do Algarve, continua a verificar-se que o nível de instrução da população é baixo, tendo a maior percentagem de população, como habilitação literária, o 1.º ciclo do ensino básico, sendo este valor superior ao verificado no distrito do Algarve, com referência aos censos de 2001.

Face a estes dados pode subentender-se que o contexto familiar dos jovens que frequentam a escola é marcado por uma baixa qualificação dos pais o que, naturalmente, influencia o percurso escolar dos alunos.

O desenvolvimento económico de Monte Gordo centra-se nas atividades associadas ao mar, nomeadamente na pesca artesanal, na captura de bivalves e no turismo balnear. Uma grande percentagem da população trabalha em hotéis, restaurantes e bares, atividades que se caracterizam pela sua sazonalidade.

Nos últimos anos assistimos a uma maior aposta na diversidade de respostas na área da Hotelaria e do Turismo e a uma maior especialização na vertente do Desporto, nomeadamente através da construção de infraestruturas e equipamentos desportivos de grande qualidade e através da promoção de eventos e estágios na tentativa de se inverter a sazonalidade de grande parte da oferta de trabalho.

Segundo informações do último censo, no concelho de vila Real de Santo António, o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego era de 1259, e a tendência era para aumentar, considerando o elevado número de empresas de construção civil que têm vindo a encerrar, ou mesmo pequenos negócios familiares que não conseguem sobreviver à atual crise económica.

Este retrato socioeconómico do concelho leva-nos a concluir que a vila de Monte Gordo caracteriza-se por ter um grande número de famílias carenciadas que recorrem ao apoio das instituições públicas (segurança social e autarquia), beneficiando dos rendimentos de reinserção social e subsídio de desemprego, usufruindo, na educação, o apoio do SASE, cujo número de beneficiários têm vindo a aumentar.

Desta análise depreende-se que as capacidades económicas da maioria das famílias deste concelho são baixas.

Os alunos que frequentam a Escola Básica de Monte Gordo vivem, maioritariamente, nas localidades de Monte Gordo, Hortas e Aldeia Nova. Sendo um concelho pequeno, a distância da residência à escola é curta, deslocando-se os alunos, na sua grande maioria, a pé ou de bicicleta, para a escola. A autarquia assegura o transporte aos alunos que se encontram mais longe dos estabelecimentos de ensino.

Na escola predominam as relações familiares ou de vizinhança sendo habitual existirem vários irmãos, primos ou com outros laços de parentesco, nos diferentes níveis de ensino. Os funcionários e alguns professores são vizinhos ou familiares dos alunos, facto que permite uma estreita relação entre todos.

Nos últimos anos, a população de Monte Gordo tem vindo a diminuir, refletindo-se essa diminuição no número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino.

Esta diminuição no número de habitantes deve-se possivelmente ao aumento progressivo do valor da habitação, nesta freguesia, que leva à deslocação das famílias para as localidades limítrofes, na procura de locais economicamente mais acessíveis para habitar.

2.1.1. Instalações desportivas

Na vila de Monte Gordo, existe apenas um campo de futebol (equipado com relvado sintético) gerido pelo Grupo Desportivo Beira-Mar, dois campos de ténis e as infraestruturas existentes na Escola Básica de Monte Gordo. A cidade de Vila Real de Santo António, sede do concelho, dispõe de diversas e excelentes instalações desportivas. Podemos aqui referir o Complexo Desportivo, que é composto por um Estádio Municipal onde se insere um campo relvado, uma zona de lançamentos, uma pista de “tartan” e uma pista coberta, dois campos de treino relvados, dois pavilhões municipais, um parque infantil, três polidesportivos, caminhos no pinhal, uma pista de “crosse”, um circuito de manutenção e vários campos de Ténis. Ainda fora deste complexo, podemos encontrar a doca de recreio que promove a prática de desportos náuticos no mar ou no rio e os campos de golfe dos concelhos vizinhos.

Existe um Centro de Estágios acreditado pelo centro de Treino de Alto Rendimento e Federação Internacional de Atletismo (IAAF), sendo um dos oito recomendados pela mesma federação a nível mundial.

O concelho beneficia também da existência de Piscinas Municipais com pistas de 50 metros e vários tanques de aprendizagem. No âmbito da atividade desportiva concelhia, são ainda organizadas provas de âmbito nacional e internacional nas modalidades de Andebol, Basquetebol, Atletismo, Ciclismo, Desportos Náuticos, Futebol, Futsal, Futebol de Praia, Ginástica Desportiva e Acrobática, Tiro com Arco, Ténis, Pádel, Ténis de Mesa, Triatlo e Xadrez.

O desporto que tem mais adeptos e praticantes federados no concelho é o Futebol.

Apesar das excelentes condições para a prática desportiva no concelho, não se estabeleceram ainda condições facilitadoras para o usufruto livre dessas instalações por parte da população e da escola, sendo estas instalações utilizadas essencialmente para o treino de alto rendimento e por algumas coletividades com modalidades federadas.

a) As instalações desportivas da Escola Básica de Monte Gordo

As instalações desportivas da Escola Básica de Monte Gordo são constituídas por um pavilhão e um ginásio em bom estado de conservação, um campo polidesportivo exterior degradado, uma sala de professores e dois balneários. O material disponível está inventariado e as regras de funcionamento e de utilização estão devidamente regulamentadas no Regulamento Interno de Agrupamento. Os balneários têm pouco espaço e revelam já alguma degradação o que, em conjunto com as falhas ocasionais no sistema de aquecimento da água, os tornam pouco confortáveis e frios. Estas deficiências ao nível das instalações dificultam o trabalho do professor no sentido de incutir hábitos, de higiene desportiva, nos alunos.

Verificam-se ainda muitos constrangimentos em relação ao banho nas aulas de 45 minutos, pois não é possível os alunos tomarem o seu banho na escola sem interferirem com o tempo de disponível para a aula de educação física e/ou com a aula da disciplina seguinte no horário da turma, uma vez que o intervalo entre duas aulas ou é inexistente ou insuficiente.

Devido ao reduzido número de professores de educação física - apenas dois na escola onde leciono - os espaços disponíveis são suficientes e há liberdade de ação na escolha do espaço de aula (ginásio, pavilhão ou exterior) e nos conteúdos curriculares a abordar, não se verificando as limitações de material desportivo ou de polivalência de espaços definidas nos PNEFs que pudessem justificar perturbações na organização do trabalho por etapas, aquando da elaboração do plano de turma. No entanto, houve a necessidade de estabelecer, nos últimos dois anos letivos, um programa de utilização de

espaços desportivos que permitisse coordenar a utilização dos mesmos entre as aulas de expressão físico-motora, as aulas facultativas extracurriculares (AECs), ministradas por professores da Autarquia aos alunos do 1ºciclo, as aulas dos professores titulares das turmas do 1º Ciclo e as atividades do Desporto Escolar, durante o período da tarde. A sala de professores de educação física é confortável e ampla, se considerarmos o atual reduzido número de professores de educação física a lecionar na escola. É interessante verificar que devido ao menor número de turmas existente na escola, causado pela diminuição do número de alunos inscritos e pelas normas legislativas estabelecidas para a constituição de turmas vindas do ministério da educação, o número de professores de educação física a lecionar na escola decresceu de 4 para 2 em apenas cinco anos letivos.

O material desportivo existente na escola é insuficiente para cumprimento de algumas das matérias nucleares dos PNEF já que faltam patins, alguns aparelhos da ginástica e não existe uma pista de atletismo, limitações que se devem aos constrangimentos financeiros.

2.2. Caraterização das estruturas pedagógicas e serviços de apoio educativo

As estruturas de orientação educativa constituem formas de organização pedagógica do Agrupamento que procuram a coordenação pedagógica das escolas que o constituem e a necessária articulação curricular na aplicação dos planos de estudo, bem como o acompanhamento do percurso escolar dos alunos ao nível de turma ou ciclo de escolaridade em ligação com os pais e encarregados de educação.

2.2.1. O Conselho Geral do agrupamento

É o órgão máximo de supervisão do agrupamento. A ele compete a decisão final em termos de gestão e orientação pedagógica do agrupamento.

O Conselho Geral é composto por um total de 15 elementos, distribuídos da seguinte forma: cinco representantes do pessoal docente, dois representantes do pessoal não docente, três representantes dos pais e encarregados de educação, dois representantes do município, três representantes da comunidade local. O diretor do agrupamento participa nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto.

Apesar de ser o órgão máximo do Agrupamento de Escolas Dom José I, revela-se como uma estrutura muito discreta e pouco visível. Seria importante que houvesse uma maior preocupação na divulgação dos temas abordados e decisões tomadas nas suas

reuniões. Deveria existir um meio rápido e eficaz de transmissão da informação relacionada com os assuntos tratados e deliberados em Conselho Geral. Essa forma de comunicação célere dos assuntos aí tratados poderia realizar-se através de correio eletrónico ou da exposição dessa informação num placar informativo, existente em cada escola do agrupamento. Esta estratégia transmitiria maior visibilidade a este órgão, de importância fundamental nas dinâmicas do agrupamento, pois verifico muito desconhecimento sobre os assuntos debatidos nas suas reuniões e as decisões aí tomadas.

Pelo facto de estarem sentados à mesma mesa, representantes de toda a comunidade (direção da escola, professores, funcionários, pais, representantes autárquicos e da comunidade empresarial), espera-se deste órgão que promova sinergias e se envolva na resolução, mesmo que de forma informal, de problemas que forem surgindo no nosso agrupamento. É um espaço privilegiado para se desenvolverem e gerirem recursos em prol da comunidade escolar. A limitação a este envolvimento é o reduzido número de reuniões programadas para este órgão.

2.2.2. A direção do agrupamento

O diretor é o gestor responsável pelo agrupamento, é o órgão de administração e gestão do agrupamento nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. A ele cabe implementar as linhas de ação aprovadas em conselho geral.

Nos últimos cinco anos de lecionação na Escola Básica de Monte Gordo, assisti a transformações sucessivas ao nível da estrutura do agrupamento, que culminaram na constituição do atual Agrupamento de escolas Dom José I. Todo este processo perturbou e causou substanciais transformações nas dinâmicas da escola.

As sucessivas transformações e agregações de escolas, tais como as constantes modificações ao nível da legislação escolar conduziram, nestes últimos três anos letivos, a alguma instabilidade dentro do agrupamento, que se refletiu ao nível das dinâmicas do mesmo. De referir ainda que o cargo de diretor de agrupamento, em apenas três anos letivos, foi ocupado por três diferentes professores, conduzindo a perturbações óbvias no processo de gestão e organização do agrupamento. Esta instabilidade não permitiu a definição com segurança e estabilidade de um caminho, consolidado num projeto educativo e curricular coerente e adaptado à nova estrutura de mega agrupamento entretanto criado. Neste ano letivo, 2012/2013, parece existir maior estabilidade alicerçada num novo projeto educativo que define as opções e prioridades para os próximos anos.

A diretora da escola exerce a sua liderança através de um estilo democrático e de partilha, procurando sempre resolver os problemas através de consensos utilizando o diálogo construtivo e o reforço positivo, incentivando todos docentes e funcionários do agrupamento com o seu exemplo de trabalho e disponibilidade ao serviço da comunidade.

2.2.3. O Conselho Pedagógico

Neste órgão são debatidas e tomadas decisões sobre todos os assuntos de ordem pedagógica do agrupamento. É o órgão de coordenação e orientação educativa do Agrupamento, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

O Conselho Pedagógico, no agrupamento D. José I tem a seguinte composição: Diretor; Coordenadores dos Diretores de Turma; Coordenadores dos Departamentos Curriculares EPE, 1º, 2º e 3º ciclos; Coordenador do Núcleo da Educação Especial; Coordenador da Biblioteca escolar; Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação; Representante do Pessoal Não Docente; Coordenador de Projetos; Coordenador de Oferta Formativa e Coordenadores de Departamentos curriculares.

Desde a formação deste mega agrupamento que as reuniões de conselho pedagógico se têm multiplicado. É exigido a este órgão a tomada de decisão e pareceres sobre quase todos os assuntos do agrupamento. É, na minha opinião, a estrutura mais importante do agrupamento, pois as decisões emanadas por este órgão têm um impacto muito significativo nas dinâmicas da escola e nos resultados obtidos por esta. Ao conselho pedagógico, é-lhe exigido, pareceres e decisões, tanto sobre todos os assuntos de ordem pedagógica global como sobre assunto mais específicos, quando se trata de analisar e aprovar processos relacionados com situações individuais de alunos do agrupamento. Toda a informação sobre os temas debatidos e as decisões tomadas nas reuniões deste órgão são divulgados com celeridade por toda a comunidade educativa, quer através da divulgação de um resumo das mesmas em placar, como através das reuniões de grupos disciplinares.

2.2.4. Os departamentos curriculares: O Subdepartamento de Educação Física.

Estes órgãos têm como função procurar adequar o currículo aos interesses e necessidades específicas dos alunos; planificar os planos de estudos estabelecidos a nível nacional de acordo com a realidade do agrupamento; coordenar práticas pedagógicas;

elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas; analisar e debater questões relativas à adoção de modelos pedagógicos, de materiais de ensino aprendizagem e manuais escolares; analisar a oportunidade de adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão; apresentar propostas para a elaboração ou alteração dos instrumentos fundamentais da vida do Agrupamento como é o caso do Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades, Regulamento Interno, plano de formação do pessoal docente e outros; analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto; propor e colaborar em experiências de inovação pedagógica; elaborar propostas curriculares diversificadas em função da especificidade dos grupos de alunos; Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de atuação nos domínios da aplicação de estratégias e da avaliação das aprendizagens; elaborar e avaliar o Plano Anual de Atividades do departamento, tendo em vista a concretização do Projeto Educativo do Agrupamento; desenvolver medidas no domínio da formação dos docentes do departamento, quer no âmbito da formação contínua quer no apoio aos que se encontram em formação inicial; colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos; apresentar as necessidades em material didático.

O subdepartamento de Educação Física pertence ao Departamento de Expressões do Agrupamento e é responsável pela aplicação dos programas curriculares definidos através dos Programas Nacionais de Educação Física (PNEF) e sua adaptabilidade às características da população escolar e cultura da região, através da definição de um projeto curricular próprio.

Após o ano letivo de 2009/2010, o Grupo disciplinar de Educação Física, passou a integrar o departamento de Expressões. Com esta união, o meu grupo disciplinar, constituído por apenas dois professores de educação física (um de cada ciclo de escolaridade), passou a fazer parte de um departamento com várias dezenas de professores, de várias áreas e grupos disciplinares (Educação Musical, Educação Visual e Tecnológica, Educação Visual, Educação Física e Ensino especial). No ano letivo de 2010/2011, com a agregação de mais escolas para a formação do Agrupamento de Escolas D. José I, o meu subdepartamento de Educação Física, passou a ser constituído por 8 docentes que, por sua vez, se encontram representados dentro do Departamento de Expressões, que aumentou o seu número para mais de 30 professores, de diversas áreas.

Se por um lado a formação de um mega departamento de expressões, com docentes de varias disciplinas, veio originar problemas de comunicação, de organização e planificação de atividades, devido ao elevado número de docentes em reunião e à variedade

de grupos e áreas disciplinares existentes., por outro lado, o facto de agora pertencer a um subdepartamento de Educação Física com um maior número de professores, permitiu-me integrar um contexto de trabalho mais dinâmico e desafiante, promotor de maior debate de ideias e diversidade de opiniões.

O nosso grupo disciplinar caracteriza-se como um grupo fortemente interventivo nas dinâmicas do Agrupamento, facto a que não é alheia a passagem de um dos seus elementos pela estrutura diretiva do Agrupamento.

É também o subdepartamento disciplinar que promove mais atividades para o plano de atividades do agrupamento.

Apesar de todos os professores de Educação Física terem assento nas reuniões do subdepartamento, considero que os professores responsáveis pela expressão físico-motora da autarquia – AEC's – e um representante dos professores do 1º ciclo do pré-escolar, também deveriam estar presentes, nessas reuniões. A presença destes representantes possibilitaria a planificação, coordenação, articulação e avaliação de toda a área das atividades físicas e Educação Física no agrupamento, desde o pré-escolar até ao 9ºano. Embora esta necessidade já tenha sido debatida em reuniões do subdepartamento, ainda não se concretizou, facto que compromete uma articulação mais abrangente, na área das atividades físicas do nosso agrupamento de escolas.

2.2.5. O Conselho de Turma

O conselho de turma é constituído pelo diretor de turma, pelos professores da turma, por um delegado dos alunos e pelos dois representantes dos pais e encarregados de educação, com exceção das reuniões destinadas à avaliação sumativa dos alunos, em que apenas participam os membros docentes.

No meu agrupamento de escolas optou-se por atribuir a lecionação de várias áreas disciplinares de uma mesma turma a um só professor, conseguindo-se com esta medida, um melhor conhecimento e interação entre o professor e seus alunos. Esta estratégia resultou ainda na diminuição do número de docentes por conselho de turma, o que se refletiu num melhor trabalho interdisciplinar. As reuniões de conselho de turma são agora extremamente úteis para a elaboração de atividades conjuntas entre todos os professores e identificação de todo o tipo de problemas existentes através das trocas de informação que se estabelecem nas reuniões, sobre os alunos e suas características. É também a este nível que os professores têm um espaço privilegiado para a definição de estratégias de atuação conjuntas no âmbito de todo o processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado verifico

que cada vez mais estes conselhos de turma se encontram enredados numa teia burocrática de preenchimento de documento e formulários, que não permitem o desafogo necessário para a análise e debate, com tempo e pertinência, de todos os assuntos relacionados com a vida escolar dos alunos. A este nível burocrático, a tarefa solicitada aos Diretores de Turma é colossal, face ao tempo que lhes é atribuído para cumprirem a sua função.

2.2.6. Serviços especializados de apoio educativo

Os serviços especializados de apoio educativo destinam-se a proporcionar condições que garantam uma educação inclusiva a todos os alunos, devendo conjugar a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

O agrupamento de escolas onde leciono dispõe dos seguintes serviços especializados de apoio educativo:

a) Núcleo de Educação Especial (NEE)

Ao Núcleo de Educação Especial, constituído pelo Gabinete de Psicologia e a Diretora do Agrupamento, compete-lhe: colaborar na deteção de necessidades educativas específicas dos alunos e na organização e incremento de uma educação especial e apoios educativos adequados; articular com os elementos que compõem o Núcleo de Educação Especial, bem como entre este e a comunidade escolar ou outras entidades, nomeadamente no âmbito da saúde (do foro físico ou psicológico), dos serviços de assistência social institucionalizados; colaborar com os professores do ensino regular e com os encarregados de educação na deteção e diagnóstico de eventuais casos de alunos com necessidades educativas específicas; apoiar os professores da turma na resolução cooperativa dos problemas e monitorizar a eficácia dos programas de apoio aos alunos.

Esta estrutura tem dado um apoio significativo aos professores no trabalho desenvolvido com alunos deficientes ou com necessidades educativas especiais, integrados nas turmas. Este apoio passa pelo aconselhamento quer ao nível das adaptações curriculares e avaliativas destes alunos, como ao nível do aconselhamento e informação dos professores sobre as características específicas de cada um destes alunos e a melhor forma de desenvolver com eles um trabalho útil e integrador. Este núcleo é também responsável pelo desenvolvimento de algumas ações de formação, quer sobre a caracterização de vários tipos de deficiências, quer sobre a legislação que se aplica a estes alunos. Em todas as

reuniões de conselho de turma da escola e sempre que se entende pertinente, ou necessário, está presente um psicólogo ou um professor desta estrutura.

b) Unidade de Ensino Estruturado (UEE)

A unidade de ensino estruturado é um espaço que integra docentes com formação especializada em Educação Especial e destina-se a acompanhar alunos com perturbações do espectro do autismo. Esta unidade tem como objetivos: promover a participação dos alunos com perturbações do espectro do autismo nas atividades curriculares e de enriquecimento curricular junto dos pares da turma a que pertencem; organizar o processo de transição para a vida pós-escolar e adotar opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, pressupondo uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem do aluno e o regular envolvimento e participação da família; colaboração com as associações relevantes da comunidade, em atividades recreativas e de lazer dirigidas a jovens com perturbações do espectro autismo, visando a inclusão social dos seus alunos.

A existência de um elevado número de alunos com perturbações relacionadas com o autismo, justificou a existência desta unidade de ensino estruturado no agrupamento.

c) Gabinete de Apoio ao Aluno e Família (GAAF)

Esta estrutura é constituída por um coordenador e professores designados pelo diretor do agrupamento, tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento. Tem como objetivos promover competências no domínio da saúde individual, coletiva e pública; ajudar alunos provenientes de meios sociais destruturados, intervir junto das famílias em situações de abandono escolar ou absentismo dos alunos; promover a diminuição dos índices de conflituosidade e situações de “Bullying” na escola; promover competências no domínio da contraceção e de planeamento familiar; promover competências de recusa de dependências; apoiar os Diretores de turma e professores titulares no despiste e resolução de situações de carências económicas, problemas de saúde, dificuldades de aprendizagem e de relacionamento.

Esta estrutura, recente no agrupamento, justificou-se pelo elevado número de alunos sinalizados, com graves problemas de ordem social, familiar e de saúde, problemas esses que se refletiam num fraco desempenho e rendimento escolar. O GAAF tem realizado um

trabalho bastante importante, sinalizando e centralizando problemáticas de várias ordens - social, familiar, de saúde e apoio social - trabalhando em rede com as estruturas de saúde e de apoio familiar e social do concelho, no sentido de se obterem soluções integradas para os vários problemas que se identificavam em cada aluno sinalizado. Para cada aluno identificado era aberto um processo individual, com o objetivo de que a ajuda de intervenção multidisciplinar necessária, fosse a mais personalizada possível.

Trabalham com esta estrutura o PES (Projeto de educação para a saúde) e o Projeto “Escola ativa”, que visa a prevenção e o combate à obesidade infantil e cuja coordenação é da minha responsabilidade.

2.2.7. Biblioteca Escolar (BE)

A Biblioteca Escolar (BE) do Agrupamento de Escolas D. José I é um espaço de organização pedagógica, centro da atividade escolar, mas tem também um caráter lúdico - associado ao prazer da leitura e utilização de novas tecnologias de informação e comunicação – articulando e incentivando práticas pedagógicas que se dirigem a toda a comunidade escolar, em especial aos alunos.

A BE é um espaço que procura promover a leitura, o estudo, a pesquisa e a investigação. Nela têm-se desenvolvido várias atividades associadas à área da educação física, desde a exposição de trabalhos realizados pelos alunos, até a sessões de esclarecimento e exposição de informação, sobre os benefícios da atividade física, ilustrada com fotografias das várias atividades desportivas desenvolvidas na escola. Estas atividades conjuntas têm permitido ao grupo de Educação Física e ao projeto “Escola Ativa”, a utilização de um espaço com boas condições para a divulgação de eventos e promoção do espaço da biblioteca escolar. Pretendo reforçar esta colaboração nos próximos anos letivos com mais atividades.

A biblioteca é também o espaço para onde se dirigem os alunos que não podem fazer a parte prática da aula, por falta de material ou atestado médico, e que necessitem de desenvolver um trabalho escrito sobre o tema da aula em que não podem participar.

Também são enviados para a biblioteca da escola, com uma tarefa para cumprir, todos os alunos que revelam comportamentos que perturbem o normal desenvolvimento das aulas.

2.2.8. Associação de Pais e Encarregados de Educação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação é a organização representativa dos pais e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento de Escolas e visa a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação dos seus filhos e educandos. A associação de pais e encarregados de educação rege-se pelos seus próprios estatutos, de acordo com a legislação em vigor.

Neste agrupamento, esta entidade formou-se por iniciativa da escola que incentivou os encarregados de educação a formar esta associação. Um dos seus desígnios é precisamente promover uma maior participação dos pais e familiares dos alunos, nas dinâmicas do agrupamento. A associação de pais da escola de Monte Gordo é constituída, nos seus órgãos diretivos, por pais interventivos que promovem ou colaboram na organização ou na divulgação de algumas atividades da escola. Esforçam-se por mobilizar os seus pares para uma maior e mais positiva intervenção na escola embora sem os resultados esperados. Têm colaborado comigo e com o grupo de Educação física no desenvolvimento de algumas atividades, nomeadamente no domínio do projeto “Escola ativa”.

No entanto, há ainda muito por fazer no sentido da promoção de sinergias positivas entre professores e encarregados de educação, que permitam a valorização educativa desta comunidade. Será preciso, em primeiro lugar, que professores e encarregados de educação deixem de se digladiar e culpabilizar mutuamente pelos desempenhos menos positivos dos alunos e comecem a trabalhar em conjunto, aceitando as responsabilidades de cada um neste processo.

2.3 – Caracterização das estruturas educativas operacionais e programáticas do agrupamento

Existem diferentes documentos que orientam o trabalho e a ação educativa da escola.

Podemos definir, desde logo, dois conjuntos de documentos: documentos de carácter programático e institucional e documentos de carácter mais operacional e instrumental.

Os documentos de carácter programático e institucional (Projeto Educativo, Regulamento Interno e Projeto Curricular) são elaborados com o propósito de garantirem estabilidade à escola a médio prazo e constituírem os alicerces fundamentais da sua ação educativa. O Projeto Educativo é, genericamente, o documento de planeamento institucional e estratégico da escola, onde se abordam de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos gerais da escola que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia. Podemos dizer que o projeto educativo “cria a matriz de suporte” que irá ser concretizada pelo projeto curricular e pelo plano de atividades da escola. O projeto curricular de escola procura articular o currículo nacional com as especificidades da escola, dos alunos e as características do meio. O regulamento interno constituirá o documento de regulação e funcionamento da escola, nomeadamente, no estabelecimento de regras e normas que marcam a convivência entre os diferentes atores da ação educativa e estabelecem a estrutura organizacional da comunidade escolar.

Os documentos de carácter mais operacional e instrumental (Plano de Atividades, Relatório Anual de Atividades e Relatório de Autoavaliação), articulam e concretizam a ação definida nos documentos anteriores.

2.3.1. O Projeto Educativo

Devido às sucessivas mudanças na estrutura do agrupamento e na sua direção executiva, só no presente ano letivo (2012/2013 se concluiu um projeto educativo para o “Mega” Agrupamento de Escolas D. José I, por consequência, no período compreendido entre 2009 e 2012 o agrupamento desenvolveu o seu trabalho sem um projeto educativo próprio, continuando a vigorar em simultâneo ambos os projetos já existentes, dos dois agrupamentos que entretanto se agregaram (Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Gordo onde leciono e Agrupamento Dom José I de Vila Real de Santo António). Estes projetos educativos eram válidos para o período entre 2006 e 2009. Existiu portanto um espaço de tempo aproximado de três anos letivos, entre setembro de 2009 e setembro de 2012, no qual o agrupamento se regeu por dois projetos educativos desatualizados e descontextualizados.

Este fato impossibilitou-me uma análise contextualizada no tempo e no espaço, alicerçada no contributo da minha área disciplinar para o projeto educativo do meu Agrupamento. Não deixarei, no entanto, de referir aqui os aspetos mais importantes do projeto educativo do extinto Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Gordo (período 2006 a 2009) estabelecendo uma ligação com o recente projeto educativo do Agrupamento de Escolas Dom José I (período 2012 a 2015).

No projeto educativo de 2006-2009, foi definida como meta, a educação para os valores definida em três dimensões: Socialização, língua materna e o raciocínio logico-matemático. Os problemas detetados tal como os objetivos de resolução dos mesmos, foram divididos em 4 dimensões (Alunos, Contexto, Professores e funcionários), (Anexo III). Destacam-se, nestes problemas detetados, a agressividade e conflituosidade existentes (difíceis de gerir por professores e funcionários porque culturalmente aceites no meio social envolvente), a pouca valorização dos conhecimentos adquiridos na escola, através do trabalho e do esforço, como fatores imprescindíveis e potenciadores do sucesso, a ausência de referências ou horizontes culturais, a instabilidade e mobilidade do corpo docente da escola e a falta de técnicos especializados em intervenção social.

Face a estes problemas foram delineados vários objetivos dos quais destaco como mais importantes: o aumento da formação cívica dos alunos, as adequações curriculares às características e necessidades dos alunos, a implementação de tutorias e a contratação de técnicos especializados em intervenção social, a dinamização de atividades que promovam relações saudáveis entre a escola e a família e a implementação de ações que permitam a fixação dos professores e a sua formação continua.

No caso do Projeto educativo atual (2012-2015) os problemas encontrados foram divididos através da definição de um outro tipo de categorias (Anexo III) designadamente: I- Resultados académicos/oferta educativa/recursos pedagógicos; II- Funcionamento de órgão e estruturas pedagógicas; III- Comunicação e relação na comunidade educativa. Destacam-se nestes problemas detetados, a falta de técnicos de especializados (psicólogo) a tempo inteiro no agrupamento, o insucesso em várias disciplinas e a falta de aulas de apoio nessas disciplinas, Falta de hábitos de trabalho e acompanhamento regular do trabalho dos alunos pelos encarregados de educação, dificuldades ao nível da transmissão vertical e horizontal da informação pelo agrupamento, recursos de trabalho insuficientes, dificuldades na organização de tempos e espaços para a reflexão e definição de estratégias em grupo, sobrecarga horária dos professores, indisciplina e agressividade dos alunos, pouca intervenção dos pais nas dinâmicas da escola. Identificaram-se ainda, alguns constrangimentos, dos quais destaco o facto de existirem turmas com um número elevado de alunos, a insuficiente vigilância, o excesso de burocracia, a dispersão geográfica das várias escolas do agrupamento e o baixo nível de escolaridade da maioria dos pais.

Para fazer face a estes problemas foram delineados determinados objetivos de resolução segundo três domínios: I- Ensino e aprendizagem; II- Participação na vida escola e relação com a comunidade; III – Formação. Destes objetivos destaco os que para mim são mais pertinentes e importantes: promoção da formação integral do individuo; reduzir situações de

indisciplina; melhorar os resultados escolares; melhorar a articulação pedagógica entre ciclos; fomentar hábitos saudáveis (alimentação equilibrada, prática regular de atividade física, de higiene e de regras de segurança e prevenção); envolver os alunos e restante comunidade educativa em projetos do agrupamento; ampliar as competências científicas, pedagógicas, tecnológicas e comunicativas.

Neste projeto educativo mais recente (2012-2015), as metas definidas caracterizaram-se pela promoção de uma escola inclusiva, com oportunidades de sucesso para todos; aumento da qualidade da educação, do ensino e da formação, aumentando os níveis de exigência, salvaguardando as especificidades e os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos (o aumento da exigência referido deve ser entendido como o aumento do empenho de toda a comunidade educativa, na valorização de conhecimentos, comportamentos e atitudes que visem o desenvolvimento e integração plena do indivíduo na sociedade); Melhoria dos resultados académicos (neste capítulo o agrupamento propõe-se manter as taxas de sucesso, pois alterou os seus critérios de avaliação e critérios de aprovação/retenção para um maior grau de exigência) e redução dos casos de indisciplina.

Se procurar avaliar os resultados das estratégias delineadas no anterior projeto educativo 2006-2009, posso identificar os seguintes indicadores (baseando-me no relatório da última avaliação externa, realizada na escola no ano de 2008):

O problema premente da indisciplina diminuiu em consequência da atuação dos professores que tentam responsabilizar os pais e encarregados de educação na resolução dos problemas de indisciplina dos seus educandos. É prática da escola agir rápida e eficazmente em situação de conflito, responsabilizando os alunos pelos seus atos. A oferta formativa diversificada, com uma componente desportiva forte aliada à estabilidade do corpo docente, foram também fatores fomentadores da melhoria do clima na escola. No início do ano letivo é entregue aos alunos uma brochura onde constam os seus direitos e deveres definidos em regulamento interna. Estes direitos e deveres são continuamente analisados pelos alunos em conjunto com o seu diretor de turma.

O problema das dificuldades de aprendizagem e o pouco interesse pelo estudo, ainda detetados na maioria dos alunos resulta, na minha opinião, de aspetos socioculturais, como o baixo índice de escolaridade da população, já referido no capítulo dedicado à caracterização e contextualização do agrupamento. A maioria dos contatos entre a família e a escola são através da solicitação do diretor de turma, sendo raras as situações em que os encarregados de educação, por iniciativa própria, se deslocam à escola. Na procura de novas soluções para a deficiente valorização e pouca exigência que, tradicionalmente, os

encarregados de educação atribuem à escola, são realizados eventos de caráter cultural, e desportivo, que atraem os familiares à escola para poderem ver os alunos em atividade e assim observarem o trabalho desenvolvido.

A taxa de abandono escolar diminuiu significativamente nos últimos anos letivos, tendo para isso, contribuído a oferta de outras oportunidades de formação diferenciadas. Destas oportunidades de formação referidas atrás, destacamos os Percursos Curriculares Alternativos, os “CEF”, e os Programas Integrados de Ensino e Formação, os “PIEF”, que têm conduzido à reorientação do percurso escolar de alunos com um historial social económico e familiar complicado. Anualmente são atribuídos prémios de mérito e de valor aos alunos que se destacam na sua prestação académica e cívica. Por sugestão minha, estes prémios de mérito e valor, passaram também a ser atribuídos na sua dimensão desportiva, fator valorizador da área da Educação Física junto da comunidade e indutor de maior autoestima dos alunos distinguidos.

O trabalho desenvolvido pela escola ao nível das novas tecnologias da informação foi relevante. Foram disponibilizados recursos informáticos, como a rede “wireless” que permite, a alunos e a professores, a utilização de computadores, o acesso à internet e a troca de documentos e informação. Segundo dados fornecidos pela caracterização das turmas 45% dos alunos do agrupamento não têm computador, nem internet em casa, o que reforça a importância do investimento que a escola tem vindo a fazer a este nível.

Quanto ao contributo da área da Educação Física para o Projeto Educativo atual, podemos destacar os seguintes objetivos expressos no documento e que dizem respeito ao trabalho desenvolvido nesta área. Os objetivos definidos são:

“Fomentar hábitos saudáveis (alimentação equilibrada, prática regular de atividade física, de higiene e de regras de segurança e prevenção)”; “Desenvolver e participar em projetos de inovação pedagógica ligados ao conhecimento, à preservação do meio ambiente, saúde, alimentação, desporto, segurança, tecnologia de informação e comunicação”.

Em capítulo próprio analisarei mais pormenorizadamente o contributo da área que leciono para o Projeto Educativo. Devo no entanto referir que na minha perspetiva, esse contributo deveria estar mais valorizado e individualizado no texto deste documento orientador, através de um parágrafo próprio, no domínio dos objetivos. Sugeria mesmo que esse parágrafo fosse: *“Reforço do gosto pela prática regular das atividades físicas e o aprofundar da compreensão da sua importância como fator de saúde ao longo da vida”*.

Também ao nível da formação de professores o documento deveria ser mais explícito, definindo quais as áreas prioritárias de formação.

2.3.2. O Projeto Curricular

O Projeto Curricular de Escola é o documento que define, o nível de prioridades decorrentes do Projeto Educativo de Escola (PEE), os objetivos e metas essenciais e transversais em torno das quais se organizam o projeto e os conteúdos que serão trabalhados em cada Área Curricular. Tem que ser percecionado enquanto algo que é aberto e dinâmico de forma a permitir apropriações e adequações às realidades para as quais é proposto. Deve corresponder às “necessidades” da Comunidade Educativa.

O Projeto Curricular do Agrupamento é desenvolvido com o objetivo de permitir a formação integral de todos, em situação de igualdade respeitando as diferenças e a autonomia de cada um. Trata-se de capacitar a escola para a criação de currículos que assentem no reconhecimento de que cada aluno tem o direito de ser pedagogicamente respeitado na sua individualidade o que pressupõe uma estratégia integradora dos currículos.

O projeto curricular do agrupamento, no que diz respeito à disciplina de Educação Física, definiu-se através da descrição de objetivos específicos e sistematização do seu conteúdo para uma desejável coerência do percurso escolar dos alunos. Na sua articulação definiram-se critérios que visaram encontrar os melhores cenários face aos constrangimentos existentes de organização dos horários da disciplina de Educação Física, garantindo as condições necessárias à plena realização da mesma. Foi neste sentido, definido o número máximo de professores de educação física a lecionar durante um mesmo período de aulas, concretizado num “Roulement” de espaços. Procurou-se também privilegiar a continuidade pedagógica. Ao nível da articulação vertical tentou-se seguir a proposta definida nos PNEF (Programas Nacionais de Educação Física), desenhando um bloco estratégico de desenvolvimento das matérias cujo núcleo se situa, entre o 5.º e o 9.º ano. Neste bloco realiza-se o tratamento das matérias na sua forma característica. É neste período que se deve garantir o tratamento do conjunto de matérias de Educação Física em toda a sua extensão, antecipando o modelo flexível, de opções dos alunos ou turmas, preconizado para o ensino secundário. O 9.º ano é dedicado à revisão das matérias, aperfeiçoamento e/ou recuperação dos alunos, tendo por referência a realização equilibrada e completa do conjunto de competências previstas para o 3.º ciclo. No 5.º ano deveria cumprir-se a mesma função em relação ao 1º ciclo, além de se assegurar as bases de um desenvolvimento posterior. Ora é precisamente ao nível do Pré-escolar e 1º ciclo que existe,

no Agrupamento, uma quebra na estrutura de articulação vertical que deveria ser coerente do pré-escolar ao 9ºano.

Verificam-se, no Agrupamento D. José I, grandes diferenças, entre as várias turmas do 1º ciclo, quanto à quantidade e à qualidade da intervenção feita na área da expressão físico-motora. Não existe uma coerência de articulação horizontal e vertical neste ciclo de escolaridade. Cada professor faz o que “acha melhor” para a sua turma. Observa-se, no entanto, que em relação a algumas turmas, os professores têm a preocupação de desenvolver as competências fundamentais da área da expressão físico-motora, privilegiando estas matérias do currículo do aluno. Normalmente são os professores mais novos, ou formados nas Escolas Superiores de Educação, com especialização em Educação Física que têm esta linha de ação. Noutros casos, os professores privilegiam outros temas da área das “expressões”. Normalmente no caso dos professores mais velhos. Esta situação cria grandes disparidades quanto à prática motora dos alunos do 1º ciclo no agrupamento, resultando em situações de fraca estimulação motora de alguns alunos, durante a frequência do 1º ciclo, retirando-lhes, a possibilidade de desenvolverem competências motoras fundamentais, imprescindíveis para iniciarem um novo ciclo de escolaridade, no 5º ano. Este problema existe no agrupamento e deveria ser resolvido através da formação de professores e da definição de um número mínimo semanal de tempos para a leção em expressão físico-motora. O subdepartamento de Educação Física poderia, ter aqui um papel importante, definindo uma articulação vertical e horizontal de conteúdos, supervisionando e exercendo um papel de coadjuvação ao nível do 1º ciclo de escolaridade.

Relativamente ao 3º ciclo começam a surgir grandes dificuldades, neste ano letivo, na abordagem efetiva das matérias na sua forma característica, devido à redução dos tempos semanais de leção da disciplina de educação física de 135 minutos (1x45m + 1x90m), para 100 minutos (2x50m). Ao nível do 2º ciclo foi com agrado que verificámos uma pequena subida, passando-se de 135 minutos (1x45m + 1x90m) para 150 minutos (1x50m + 1x100m).

No 1º ciclo está determinado um domínio, com carga horária de cinco tempos letivos, para leção da área das expressões: expressão motora, dramática, plástica e musical. Cada professor titular do 1º ciclo pode utilizar esses tempos semanais da forma que achar mais conveniente. Normalmente a generalidade dos professores da minha escola, em Monte Gordo, utilizam um tempo por semana para a leção da expressão físico-motora o que é manifestamente insuficiente.

No plano curricular de Educação física as várias matérias estão distribuídas, por razões de ordem prática de referência, por “períodos de atividade preponderante”, distribuídos ao longo do ano letivo, o que facilita a gestão dos recursos materiais na Escola D. José I (escola sede com maior número de alunos) e na organização dos torneios inter-turmas (Desporto Escolar) do final de cada período letivo. Esta forma de calendarizar as matérias a lecionar não invalida que no tratamento de cada um dos conteúdos estabelecidos e no plano de turma de cada professor, exista espaço para a recuperação e reforço de conteúdos, já lecionados anteriormente. Desenvolverei com mais pormenor este aspeto no capítulo referente à minha prática letiva.

Relativamente às atividades de enriquecimento curricular (atividade interna e externa do Desporto Escolar), as mesmas obedecem a uma lógica de abordagem coerente com os interesses dos alunos, conhecimentos dos professores, recursos materiais da escola e matéria abordada nas aulas de Educação Física. Estas atividades serão analisadas em capítulo próprio deste relatório.

Também no projeto curricular estão definidas opções de recuperação de alunos com problemas de excesso de peso, obesidade e magreza extrema consubstanciados no Projeto “Escola Ativa” que será desenvolvido em capítulo próprio. Este projeto, coordenado por mim, com a utilização de unidades de crédito horário da escola e de tempos não letivos da atividade interna do Desporto Escolar, é desenvolvido prioritariamente ao nível do pré-escolar e 1º ciclo, colaborando no mesmo, para além do grupo de Educação Física, todos os professores titulares de turma, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, o Centro de Saúde do concelho e a Direção Regional de Educação do Algarve.

Igualmente, ao nível do Projeto Curricular do Agrupamento, são definidos critérios avaliativos, os quais são identificados por uma componente transversal (comportamentos e atitudes) e uma outra componente específica de cada disciplina. Estas duas componentes relacionam-se de forma percentual entre si para a atribuição ao aluno de uma classificação definida por níveis de 1 a 5. Esta relação percentual, à medida que se avança no nível de escolaridade, vai diminuindo na valoração atribuída à componente transversal e aumentando no valor atribuído à componente específica de cada disciplina. Esta opção tomada pelo meu Agrupamento de Escolas, prende-se com o facto do domínio dos comportamentos e atitudes ser mais trabalhado com os alunos num nível de escolaridade mais baixo, justificando assim uma valoração percentual mais elevada neste domínio dos critérios avaliativos. Sabendo-se que o esforço no trabalho e na superação das dificuldades assim como a atenção e a participação nas aulas são fatores imprescindíveis e potenciadores do sucesso escolar, pretende-se, desde o início da escolaridade, valorizar

esta componente, que se for tratada com sucesso, permitirá depois um melhor desenvolvimento da componente específica de cada disciplina. Aliás, se repararmos nos problemas detetados nos alunos e definidos em Projeto Educativo de Agrupamento, verificamos que a dimensão comportamental e das atitudes, são definidas nesse documento como um dos problemas mais graves e que necessitam intervenção prioritária.

2.3.3. O Plano de atividades

O plano de atividades do agrupamento é o reflexo da ação desenvolvida pelo agrupamento e nele estão referidas não apenas as ações desenvolvidas pelos alunos, como também as realizadas pelos departamentos e encarregados de educação. O plano de atividades (anual ou plurianual) é, por excelência, o documento de carácter operacional da ação educativa da escola.

O contributo do grupo de Educação física para o plano de atividades do agrupamento foi sempre muito significativo. É o grupo disciplinar que mais atividades propõe.

As atividades inseridas no plano de atividades vão no sentido de reforçar e consolidar o trabalho desenvolvido nas aulas, permitindo, aos alunos, a aplicação dos conteúdos abordados em sala de aula, noutros contextos específicos.

Foram inseridos no plano de atividades e desenvolvidos pelo grupo de Educação Física, jogos e atividades de praia, e de campo, aproveitando as excelentes condições naturais do concelho (praias de Monte Gordo e mata de Vila Real de Santo António); jogos e torneios entre pais, filhos e outros atores da comunidade educativa, estimulando-se a participação dos familiares dos alunos nas atividades de escola; promoveram-se atividades, com a presença de figuras públicas, onde se procurou mostrar, através dos seus exemplos de vida, boas práticas de cidadania e de vida ativa (Passeio de BTT em conjunto com, o ciclista algarvio, Ricardo Mestre – Vencedor da volta a Portugal 2011).

Todas estas atividades vão ao encontro das preocupações expressas no Projeto Educativo do agrupamento e no sentido da resolução de muitos dos problemas aí definidos.

Através da atividade externa do desporto escolar foi possível promover o intercâmbio desportivo entre alunos de várias escolas e reforçar a aplicação, em contexto escolar, de situações formais inerentes ao desporto federado. As atividades desenvolvidas ao longo destes últimos anos foram: Futsal, Ténis, Pesca desportiva, Natação, BTT e Badmínton, participação nos projetos Nestum Tag-rugby e Compal basq 3x3. Todas estas atividades foram escolhidas livremente pelos alunos, em função das várias propostas que os professores lhes forneciam e de iniciativas promovidas por algumas federações desportivas.

Paralelamente promoveu-se o reforço de algumas matérias curriculares, lecionadas durante as aulas de Educação Física, através da aplicação prática das mesmas em contexto competitivo, através de torneios inter-turmas, realizados no âmbito da atividade interna do Desporto Escolar.

Foram propostas e desenvolvidas atividades desportivas (como é o caso das atividades em meio aquático) para alunos com necessidades educativas especiais abrangidos pelo *Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro*, reforçando a componente desportiva destes alunos.

Foram ainda desenvolvidas inúmeras atividades integradas no Projeto Escola Ativa, sobre as quais irei debruçar-me em capítulo próprio.

No plano de atividades do agrupamento foram também delineadas atividades formativas dirigidas aos professores do departamento. No entanto sou da opinião que o grupo deveria ser mais ativo na procura de oportunidades de formação, quer externamente quer internamente através da formação inter pares.

Contextualizado e caracterizado o espaço onde desenvolvo a minha atividade, analisarei no próximo capítulo, a minha atividade profissional, desenvolvida nos últimos cinco anos letivos.

3. Análise da prática profissional nos últimos 5 anos letivos

Neste capítulo irei analisar e desenvolver uma reflexão de toda a prática profissional realizada, partindo da definição de todos os cargos e funções desempenhados durante estes últimos quatro anos, assumindo os valores educativos e formativos da área da educação física que sempre estiveram presentes, justificando e motivando o meu trabalho.

3.1. Cargos desempenhados

Ao longo destes quatro anos de prática profissional desempenhei ou desempenho, os seguintes cargos e funções: Leciono as turmas do 2º ciclo de escolaridade da Escola Básica de Monte Gordo, desenvolvo inúmeras atividades no âmbito da atividade interna do desporto escolar, sou responsável pelo grupo equipa de Futsal no meu agrupamento, coordeno o projeto “Escola Ativa” no agrupamento, fui professor coadjuvante no 1º ciclo, fui orientador de estágio no programa PEPAC (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central) e fui relator na avaliação de desempenho docente de dois colegas de grupo.

Desenvolvi todos estes cargos motivado pelo “sabor” da validade do meu contributo educativo para um desenvolvimento integral e harmonioso dos alunos, consubstanciado no valor educativo da área da Educação Física, valor que passo a descrever no próximo ponto deste relatório.

3.2. A Educação Física; Um valor educativo insubstituível e fator motivacional incontornável da minha prática letiva.

“Não há educação sem educação física”

Leonardo Rocha (1996)

Desenvolvi toda a minha atividade profissional ao longo destes anos, ciente do valor educativo e formativo da disciplina que lecionava. Foi com base nesse valor que alicercei toda a minha conduta motivacional, nestes 24 anos de docência. É, por este motivo, que considero importante iniciar a análise da minha prática profissional, enunciando os valores que pretendo transmitir aos meus alunos através da disciplina de Educação Física. Importa por isso refletir sobre os valores, a função e a justificação, da disciplina no currículo escolar:

Marques, A.; Martins, J. & Santos, F. (2012), falam em diferentes “perspetivas” da disciplina de Educação Física: a biomédica, a desportiva e a educacional, evidenciando as implicações práticas que as mesmas poderão ter no ensino da disciplina. “A biomédica é defendida por aqueles que defendem que a Educação Física deve centrar-se exclusivamente na promoção da saúde, através da maximização da frequência e intensidade das aulas, e a sua avaliação consiste na análise de indicadores morfológicos, função muscular, habilidade motora, função cardiorrespiratória e regulação metabólica (Pate et al., 2006; Shephard, 2005)”. Esta visão assenta na componente aptidão física e na avaliação por testes de aptidão. É referido o desconforto que este tipo de avaliação pode causar nos alunos menos aptos. O modelo desportivo assenta no desenvolvimento de competências desportivas individuais em que se valoriza a competência numa modalidade desportiva e a prática desportiva competitiva e reduz o caráter eclético e abrangente da disciplina. Por último o modelo educacional que é talvez o mais comum, em que o exercício físico, é o meio através do qual o professor operacionaliza a ação pedagógica, no sentido da aquisição de um estilo de vida ativo e saudável (Marques, A.; Martins, J. & Santos, F. 2012)

Sou de opinião que uma das funções mais importantes da disciplina de Educação Física é o desenvolvimento de processos positivos de socialização nos nossos jovens, onde num ambiente motivador e atrativo se desenvolvem estilos de vida nobres e ativos através da prática desportiva.

Foi, provavelmente, através das aulas de Educação Física que muitos de nós iniciámos, de forma sistemática e regular, experiências motoras que influenciaram as escolhas que posteriormente fizemos, quanto à prática regular de exercício físico. Esta constatação reflete-se e confirma-se em citações como: *“Childhood is an important period to instill a preference for healthy behaviors, and to learn the life skills necessary to maintain a healthy lifestyle. Schools clearly play a crucial role in this respect. This is also an area where there is already firm evidence of the effectiveness of intervention: studies show that locally focused actions, with very wide ownership, targeting 0-12 year olds will be effective in changing behavior in the long run. Work should focus on nutrition education, and on physical activity. Health education and physical education are among priority themes in the new Lifelong Learning Programme (2007-2013) (Commission of the European Communities, 2007, p. 8) (texto citado em carta dirigida ao Ministro da educação por vários professores universitários, 2012) .*

Também por este motivo as políticas educativas definidas são tão importantes. Estas condicionam e influenciam a qualidade e a regularidade com que são ministradas as aulas de Educação Física. Mas são fundamentalmente as decisões e opções metodológicas e

didáticas tomadas pelo professor a par da relação que este estabelece com os alunos durante o processo de ensino e aprendizagem que têm superior importância e são cruciais para a qualidade do ensino. A este respeito, Marques (2010) diz o seguinte: *“A escola providencia um contexto único para a aprendizagem, porque a recetividade e a capacidade para modificação de comportamentos, nesta fase da vida humana, estão nos períodos mais favoráveis (...). é a instituição que apresenta maior potencial para melhorar a saúde das crianças, adolescentes e jovens, providenciando instruções, programas e promovendo a atividade física”* (p.89)(...). *“É evidente que a Educação Física ainda não demonstrou todo o seu potencial, nem tem dado cabalmente o seu contributo para a saúde pública (Koutedakis & Bouziotas, 2006) citados por Marques (2010,p.95). Vários fatores têm contribuído Segundo Marques (2010) para este facto, “variando entre países, devido às idiossincrasias dos sistemas educativos e de formação, aos programas nacionais de promoção da saúde pública e reconhecimento social e político. (...) A sobrevalorização do desenvolvimento intelectual resulta na subvalorização da prática das atividades físicas e desportivas em ambiente escolar (Hardman & Marshall, 2000) e na falta de uma abordagem da atividade física relacionada com a saúde (...) Estes têm sido alguns dos aspetos mais apontados para o malogro da Educação Física na promoção da saúde e desenvolvimento de estilos de vida ativos”* (p.96). Marques (2010) sugere ainda que: *“se a disciplina de Educação Física tiver caráter obrigatório desde o 1º ciclo do ensino básico, lecionada por um professor devidamente qualificado para o efeito, pode ser uma determinante da prática de atividade física nos adultos”* (p.95).

Ao nível cultural e social existem alguns constrangimentos que dificultam a tarefa do professor de Educação Física. Estes constrangimentos dizem respeito à fraca valorização social da disciplina de Educação Física face às outras matérias do currículo: *“Normalmente é considerada com um estatuto periférico em relação às outras componentes do currículo (...) continua sem ter a valorização e a consideração indispensáveis a um reconhecimento generalizado das suas potencialidades educativas. Não se lhe reconhece alcance cultural nem se dá valor aos conteúdos que ensina. As preocupações excessivas com o desenvolvimento cognitivo, por um lado, e a preferência por abordagens teóricas, por outro, têm empurrado a Educação Física para um estatuto de menoridade que a coloca frequentemente numa atmosfera de clandestinidade”* (Rocha, L. 1996, p.43).

Tal como (Rocha, L., 1996, p.43), identifico que mesmo entre “profissionais da especialidade”, se verifica com frequência, limitações quanto à definição das finalidades educativas gerais da disciplina de Educação Física, quer por interpretações de ideologia “biologista” que reduzem o trabalho da disciplina ao treino e à forma física, quer por

interpretações de ordem “pedagogista” que correm o risco de descaraterizar as aulas de Educação Física para algo semelhante ao entretenimento ou recreio supervisionado.

Contrariar visões reducionistas ou fundamentalistas, tão atuais, quanto ao valor e objetivo da disciplina de Educação Física deve ser, um desígnio prioritário. Uma sociedade bem informada e culturalmente avançada não deve ter uma visão “reducionista” quanto ao papel da disciplina de Educação Física, ou permitir a desvalorização desta disciplina face às outras disciplinas do currículo, como se observa atualmente. Este processo revela contornos de gravidade acrescida quando é precisamente ao nível das políticas educativas que se observam, atualmente, transformações de ordem curricular negativas para o ensino na disciplina de Educação Física. As normas legislativas recentemente implementadas que determinam o fim do carácter avaliativo da disciplina de Educação Física no apuramento da média final de ano no 12º ano, exceto quando o aluno pretenda prosseguir estudos nesta área, e a possibilidade de deixar o poder discricional às escolas de reduzir ou manter, no currículo escolar do aluno, o número de horas letivas da disciplina (contribuindo para situações de tempo útil prática, diferentes em várias escolas), são dois exemplos que demonstram, o pouco interesse que o poder político tem sobre o valor educativo e formativo da disciplina de educação física.

Torna-se urgente um esforço de informação e de educação da comunidade e dos decisores políticos para que se verifiquem mudanças valorativas face à imprescindível e insubstituível valia formativa e educativa da disciplina de educação física.

A consciência do meu contributo como professor de educação física para este processo e para a educação completa e integral dos meus alunos, permitiu-me desenvolver a minha atividade profissional de forma motivada e interventiva, procurando sempre informar e alertar os alunos e a comunidade escolar para a importância desta disciplina em todos os seus domínios, pois é, fundamentalmente, através da Educação Física como protagonista, que:

- O corpo se assume como um poderoso instrumento de superação e conquista, veículo de interação afetiva e emocional com o “espaço envolvente”, identificando-se como um poderoso instrumento de comunicação;

- Se promove a saúde e se combate o problema da obesidade: A Educação física é um veículo essencial que a escola normalmente utiliza quando pretende a promoção de iniciativas com vista à melhoria da saúde, e mais especificamente o desenvolvimento de hábitos relacionados com a prática de atividades físicas e desportivas.

- Se promove a inclusão dos mais desfavorecidos; Na aula de Educação Física, é possível o desenvolvimento privilegiado de experiências reais de cidadania democrática integradora onde temas como o “Fairplay”, o respeito pelas regras e pelo adversário, a lealdade, a solidariedade e a igualdade de oportunidades, o “doping”, os nacionalismos, a xenofobia e o racismo, são sistematicamente abordados.

- Se assume a particular importância da integração e reabilitação de alunos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais. As boas práticas desenvolvidas a este nível promovem a inclusão e integração dos alunos com deficiência e a sua valorização psicomotora e social pois a maturação motora tem sempre uma expressão social. *“O desporto devia ser para o deficiente um meio eficaz para estabelecer contacto com o mundo exterior... e facilitar assim a sua reintegração na coletividade como cidadão de pleno direito” (Guttmann, 1977, citado por David, 1998). De acordo com Potter (1987, p. 9), “(...)as atividades físicas assumem um papel extremamente importante, por isso, devem dirigir-se a todas elas, desde a sua infância, de modo que os seus atrasos motores (movimento e o equilíbrio, força e destreza) possam ser atenuados pelo desenvolvimento das suas várias aptidões, faculdades e sentidos. Sendo assim, aqui, o papel do docente assume ainda maior relevo e responsabilidade que com os restantes alunos” (Gomes, 2012):*

- Se promovem práticas e hábitos de higiene geral e no contexto desportivo;

- Se permite, à semelhança do que acontece num espetáculo desportivo, a interação afetiva, num espaço contextual privilegiado, em que num “espírito de pertença ao grupo”, se permite a exteriorização livre, de sentimentos e pulsões (por exemplo os festejos de um golo);

- Se desenvolvem ações imprescindíveis e únicas no combate aos problemas do insucesso e abandono escolar; Por algum motivo as escolas, reforçam a componente desportiva nos programas curriculares de turmas constituídas por alunos com problemas comportamentais e de integração oriundos de famílias destruturadas que beneficiam de Programas Integrados de Educação e Formação (PIEFs). Currículos Alternativos (CA) ou CEFs (Cursos de Educação e Formação);

- Se promove, o sucesso escolar. Sabe-se que a prática regular e contínua do exercício físico promove nos jovens, o sucesso escolar. São vários os estudos que o

provam. Este facto justifica, só por si, a aposta em contexto escolar, de todo o tipo de oportunidades de prática motora devidamente enquadrada;

- Se desenvolvem mecanismos de satisfação e prazer que induzem transformações internas que podem prevenir e condicionar problemas relacionados com estados ansiosos ou depressivos.

A importância dada à disciplina de Educação Física no contexto educativo e curricular é assumida, pela Constituição da República Portuguesa que assinala: *“Os jovens gozam de proteção especial para a efetivação dos seus direitos (...) nomeadamente na educação física e no desporto” (Artigo nº 70). “Todos têm direito à cultura física e ao desporto” incumbindo ao estado “em colaboração com as escolas (...), promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”(Artigo nº79) No mesmo sentido a Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu nº 5, do Art.º 51, reconhece a importância do Desporto Escolar com o qual “visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura (...) salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.*

O decreto-lei 95/91, de 26 de Fevereiro, define, claramente para a Educação Física e o Desporto Escolar, os seus objetivos, designadamente ao longo do seu artigo 3º: *“Formação integral dos alunos na diversidade dos seus componentes bio fisiológicos, sociais e axiológicos, através do aperfeiçoamento das suas aptidões sensoriomotoras, da aquisição saudável da condição física e do desenvolvimento correlativo da personalidade nos planos: emocional, cognitivo, estético, social e moral”, bem como no que diz respeito à “prática de atividades corporais, lúdicas e desportivas” e ainda na concretização da aquisição de valores sociais e éticos. A Educação física e o desporto são vistos ainda como “Meio privilegiado de desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário” e “Assumem particular importância na integração e na reabilitação de alunos portadores de deficiências e de necessidades educativas especiais”.*

As resoluções da Assembleia da República nºs 67 e 68 de 2012 demonstram a preocupação com este tema, onde é definida a prioridade de ação através da promoção da atividade física bem como do reforço do desporto escolar como instrumentos de prevenção e combate à obesidade junto dos jovens.

Em resumo, a disciplina de Educação Física, tem perfeitamente justificado o seu espaço, como disciplina estruturante e imprescindível no currículo escolar do aluno, sendo o

professor de educação física o seu protagonista insubstituível; e é através do trabalho desenvolvido pelo professor que se reflete socialmente esta imprescindibilidade.

Consciente do meu papel como professor de Educação Física e do valor fundamental e imprescindível da disciplina de Educação Física, desenvolverei, nos próximos capítulos deste relatório, uma análise crítica da minha prática profissional.

3.3. A prática profissional

Tal como Onofre (1996) sugere, o professor de Educação Física deve possuir um conhecimento científico e pedagógico profundo e ter uma capacidade reflexiva da sua atividade de modo a desenvolver e melhorar a eficácia do seu trabalho.

De acordo com esta perspetiva, apresento neste capítulo uma análise do meu desempenho de acordo com as Dimensões e respetivos domínios, do último relatório de autoavaliação que elaborei. Essas dimensões são; Dimensão vertente profissional, social e ética; Dimensão desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; Dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa; Dimensão desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.

3.3.1. Dimensão profissional social e ética

Nesta dimensão traduzo os princípios orientadores do meu trabalho como docente.

No desenvolvimento da minha atividade pedagógica, procurei promover a progressão da aprendizagem dos alunos, bem como o seu enriquecimento como cidadãos nobres e com sadios valores de cidadania.

Tenho o cuidado de ser assíduo e pontual em toda a minha atividade letiva assumindo-me como referência ética para os meus alunos. Não poderia exigir aos meus alunos que fossem pontuais, assíduos e leais para com os colegas e os professores se não procurasse agir, também, segundo esses valores, sendo uma referência de conduta para os meus alunos.

Desempenhei todos os cargos para os quais fui designado, sempre com o máximo de empenho e profissionalismo, consciente do valor transformador da minha ação docente. Dinamizei atividades, colaborei e propus a concretização de projetos, envolvendo e motivando os alunos à participação ativa e empenhada. Desenvolvi trabalho interdisciplinar em diversos contextos.

Empenhei-me na expansão do meu conhecimento profissional no âmbito da disciplina que leciono e em outras áreas do saber. Participei em várias ações de formação e procurei estar atento aos novos desafios da atividade docente face às dinâmicas e aos valores atuais da sociedade e em particular desta comunidade.

Esta dimensão (profissional, social e ética) atravessa a totalidade do meu desempenho docente e a sua transversalidade reflete-se nas seguintes três dimensões, desta autoavaliação: dimensão desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa; dimensão desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.

3.3.2. Dimensão desenvolvimento do ensino e aprendizagem

Segundo Januário (1992), podemos considerar três fases no processo de ensino: uma fase Pré-Interativa, outra fase Interativa e finalmente uma fase Pós -Interativa.

A esta caracterização, particularizei o “clima de aula”, tal como defini no último relatório de autoavaliação que elaborei, organizando a dimensão desenvolvimento do ensino e da aprendizagem em quatro domínios; Preparação e organização das atividades letivas; Realização das atividades letivas; Relação pedagógica com os alunos; Processo de avaliação das aprendizagens dos alunos.

3.3.2.1. Preparação e organização das atividades letivas

Este domínio envolve todo o processo pré-interativo de preparação, organização e antecipação mental das atividades letivas tendo como meta a concretização de um determinado objetivo.

Na base dessa preparação e organização das atividades letivas está o plano de turma e este alicerça as suas bases, na avaliação inicial e é reajustado de acordo com as avaliações intermédias que se forem realizando.

A atividade da turma definida no plano de turma, orienta-se ao longo do ano para a realização dum conjunto de objetivos das matérias nucleares dos PNEF, de acordo com as decisões definidas pelo subdepartamento de Educação Física e as características e possibilidades identificadas em cada aluno de cada turma.

Aos alunos são explicados os objetivos do plano de turma, "negociando" com eles os níveis de desempenho para determinados prazos, na interpretação prática das competências prioritárias. É pois imprescindível que os alunos conheçam aquilo que se espera deles, os objetivos que perseguem, bem como a distância a que se encontram da sua concretização.

Na organização dos processos de aprendizagem e aperfeiçoamento em cada matéria, desenvolvo atividades de características globais (jogos) e específicas (exercícios sobre um determinado gesto técnico), de determinados conteúdos aplicando o princípio segundo o qual a atividade formativa deve ser tão global quanto possível e tão analítica quanto necessário.

Ao longo do ano letivo prevejo períodos em que é predominante determinada matéria ("aprendizagem concentrada") e períodos de revisão e aperfeiçoamento posteriores desses conteúdos em partes de aulas de outras matérias de modo a garantir os objetivos/metass definidos para o final do ano de escolaridade, ou de ciclo. Esta metodologia é desenvolvida ao longo do ano apesar desses períodos de "aprendizagem concentrada" e de "revisão e consolidação", não estarem definidas na composição curricular e calendarização das modalidades a abordar ao longo do ano, uma vez que me baseio num processo de avaliação e ajustamento contínuo, dos progressos e recuos observados gerindo o tempo disponível para a abordagem de todas as matérias definidas, com estes momentos de revisão e consolidação de matérias já dadas.

De uma forma mais global, para a preparação e planificação do ano letivo, consultei os documentos caracterizadores da escola procurando documentar-me sobre as finalidades, objetivos, inscritos nos mesmos e que visavam resolver os problemas detetados no agrupamento. Documentei-me também sobre todos os recursos materiais, estruturais e de caráter geográfico existentes na escola e no meio envolvente à escola. Consultei o projeto educativo, projeto curricular e regulamento interno da escola. Participei, na elaboração do plano de atividades e curricular da disciplina de educação física, procurando seguir as indicações definidas nos Programas Nacionais de Educação Física, no cumprimento estrito das finalidades e objetivos aí definidos. Tive a preocupação de selecionar materiais didáticos adequados e diversificados, que motivassem os alunos; Procurei dedicar mais tempo e mais recursos aos alunos que demonstravam mais dificuldades através de estratégias didáticas que me permitissem obter uma atenção mais personalizada a esses alunos (trabalho por estações, formação de grupos de nível, grupos de trabalho mais pequenos em relação aos outros grupos de alunos sem dificuldades) de forma a poder resgatá-los para um nível de competências mais elevado. Procurei também envolver e

motivar os alunos mais adiantados, no apoio aos que revelam mais dificuldades através de um trabalho cooperativo, elevando o estatuto destes alunos a meus “adjuntos”, que dentro do seu grupo heterogéneo de trabalho, teriam a função de proteger e ajudar os mais fracos a superar as suas dificuldades. Estes alunos eram recompensados pelo seu trabalho cooperativo em aulas de atividades livres, o que me libertaria para o reforço de um apoio mais individualizado aos alunos com mais dificuldades. Em turmas muito heterogéneas tomo como opção estratégica prioritária, o resgate dos alunos com mais dificuldades, para níveis motores mais elevados. Estou consciente do risco que posso correr ao não dar a mesma atenção aos outros alunos. É um risco que aceito conscientemente, pois são estes alunos, com mais dificuldades, os que à partida, estão mais suscetíveis à desmotivação e desinteresse pela prática de atividades físicas, ao longo da vida.

Defino as matérias a lecionar por momentos de abordagem mais intensa calendarizada ao longo do ano letivo e integrados numa dinâmica plurianual de ciclo de escolaridade, onde através de uma lógica de ciclos de aprendizagem, volto a abordar e a consolidar conteúdos desenvolvidos anteriormente. Durante a planificação das aprendizagens, o trabalho é desenvolvido numa lógica de ciclo e de abordagem anual e plurianual das várias modalidades, definidas por etapas de aprendizagem. Procurei cumprir as metas de aprendizagem definidas para cada ano letivo estabelecendo um calendário anual com ciclos de atividade mensal. Procurei alguma flexibilidade na abordagem dos conteúdos em função das características e nível de competências dos alunos de cada turma pois apesar de calendarizar determinados conteúdos para um determinado momento do ano, retomei posteriormente a sua abordagem integrando-os noutros momentos com outras matérias, promovendo assim a consolidação das aprendizagens (as aquisições de uma etapa são objeto de atenção em etapas seguintes). Esta metodologia permitia também a recuperação de alunos em dificuldades respeitando também uma lógica progressiva de diferenciação em função das características motoras de cada aluno da turma.

Ao calendarizar os vários conteúdos a abordar num determinado período de tempo, procurei desenvolver matérias que abrangessem os interesses motivacionais de todos os alunos da turma através da lecionação simultânea de conteúdos de Futsal e de Dança, no mesmo espaço de tempo, pois as características tão distintas destas duas matérias, permitiam-me abranger os interesses motivacionais de todos os alunos e promover a interajuda dentro dos grupos.

Durante todo o processo individual de preparação de cada aula, tentei planificar em função das características específicas da turma e dos alunos que a constituíam.

Tentei analisar com cuidado, durante o processo de planificação, todas as variáveis contextuais inerentes à atividade que iria desenvolver e a adequação dos conteúdos ao nível da turma, tentando antecipar mentalmente a coerência e a adequabilidade das situações didáticas planeadas, recorrendo-me para isso, da minha experiência docente, conhecimentos científicos adquiridos, conhecimento dos alunos e das dinâmicas características da turma.

Os Planos de Aula que realizei durante o meu ano de estágio foram muito úteis para a minha formação, mas com o acumular de experiência fui simplificando esses planos até chegar uma estrutura simples, de apoio e registo, que me auxilia relativamente aos assuntos a abordar nas aulas e nas situações didáticas a aplicar. Utilizo esse documento também como folha de registo de todas as incidências observadas durante a aula assim como auxiliar de memória na avaliação de situações didáticas ou conteúdos que poderei ou não desenvolver em aulas futuras, em função dos resultados obtidos com a turma. Registo também no plano de aula as ocorrências mais importantes da aula assim como a evolução registada pelos alunos e com quais desses alunos necessito de trabalhar, de forma mais personalizada os conteúdos abordados nessa aula. Defino no plano a data, hora, número de aula, temas, objetivos da aula, as incidências da aula, os vários tipos de faltas registadas aos alunos, a matéria a desenvolver com alunos que não podem fazer a parte prática da aula, os pontos fortes da aula e os menos conseguidos, as aquisições dos alunos, as dificuldades detetadas, alguma ou outra situação didática ou estratégia de abordagem dos conteúdos que nessa turma correu muito bem ou mal; refiro nesse plano todos os exercícios que programei desenvolver durante as várias fases da aula e os seus objetivos, tendo o cuidado de colocar mais situações didáticas do que as previstas para o caso de ter de substituir alguma situação didática que não esteja a resultar. Refiro ainda nesse documento a matéria que devo abordar numa próxima aula e/ou os conteúdos que por alguma razão não tive tempo de abordar ou que precisam ser reforçados ou abordados de outra forma devido às dificuldades demonstradas pelos alunos. Aproveito também para aí registar todas as ideias pertinentes que surgem durante o desenrolar da aula, quer provocadas por incidências, quer por sugestões dos próprios alunos ou colegas com quem partilho o espaço de aula.

3.3.2.2 - Realização das atividades letivas.

Nesta dimensão analisarei o trabalho que realizo em sala de aula, assim como a coerência e objetividade do mesmo.

Ao longo da minha atividade letiva coloquei em primeiro plano de atuação a formação global dos meus alunos como indivíduos sociais, culturais, biológicos e afetivos.

Procurei apresentar as matérias e conteúdos de forma coerente e adequada às características etárias, sociais e culturais dos alunos. Tentei adaptar as tarefas às dificuldades manifestadas, procurando ainda apoiar os alunos de forma individualizada. Procedi à abordagem dos conteúdos de forma a captar o interesse e a motivação dos alunos. Tive como prioridade o desenvolvimento de valores de entreajuda e respeito entre todos, aproveitando situações ou problemas que normalmente surgem no decurso da aula, para a abordagem destes temas.

Relativamente ao processo de ensino e aprendizagem procurei respeitar as dificuldades e ritmos de aprendizagem de cada aluno. Nomeadamente através da utilização de estações com vários níveis de progressão ou diferenciando a tarefa a desenvolver numa mesma estação em função das competências de cada aluno. Por exemplo na modalidade de Ginástica posso, numa mesma estação onde estou a desenvolver os rolamentos, dizer que uns alunos fazem os rolamentos com o plano inclinado como instrumento facilitador e que outros alunos desenvolvem essa mesma tarefa sem a utilização desse plano. Desta forma consigo que a tarefa se adapte às características de cada aluno da turma para que estes não se demitam do seu trabalho por o considerarem demasiado fácil ou demasiado difícil.

Um fator que considero bastante importante na aprendizagem é o clima de aula e a confiança que o aluno tem no professor. Assim tentei que os meus alunos se sentissem confortáveis em questionar-me sempre que necessário, mostrando-me sempre disponível para os ouvir.

De acordo com os objetivos previstos para cada aula, defini várias possibilidades de trabalho quer com grupos homogéneos (alunos dentro do mesmo nível), para que cada grupo pudesse trabalhar as suas dificuldades específicas e progredir de acordo com as competências já adquiridas, quer com grupos heterogéneos (alunos em níveis diferentes de aquisições motoras) para que os alunos mais avançados pudessem ajudar os seus colegas com maiores dificuldades (trabalho cooperativo) e estes adotassem como modelos de referência os colegas com níveis de aquisições motoras mais avançados. Estimular a interação destes alunos com mais dificuldades com os colegas de nível mais avançado, permitiu-me desenvolver nesses alunos, sensações de jogo mais dinâmicas que de outro modo não lhes seriam possível vivenciar.

Na faixa etária dos alunos com quem trabalho e interajo (2º ciclo de escolaridade), existem já algumas diferenças entre rapazes e raparigas, quer ao nível do desenvolvimento

motor, quer ao nível motivacional e relacional. Tento gerir estas diferenças desenvolvendo situações didáticas, de aproximação e colaboração entre sexos, em que os alunos possam integrar de uma forma positiva e motivadora as diferenças de género existentes, para o êxito do grupo. Posso dar como exemplo a criação de grupos mistos de trabalho nas tarefas relacionadas com os conteúdos de Futsal e Dança, onde os alunos dos dois géneros cooperam na realização de uma coreografia de Dança e num jogo de Futsal.

Durante as aulas procuro adotar estratégias de diferenciação pedagógica suscetíveis de responder às necessidades individuais dos alunos, nomeadamente através da criação de grupos de trabalho, em que o número de alunos por grupo é substancialmente diferente em cada um deles, de forma a privilegiar os alunos com mais dificuldades, integrando-os em grupos numericamente mais pequenos, de forma a poderem usufruir de mais tempo de prática na tarefa. Em algumas aulas dou liberdade aos alunos para desenvolverem a sua criatividade e imaginação, através de períodos de “aula livre” na qual desenvolvem situações didáticas novas. Normalmente estes momentos surgem de forma espontânea, a pedido dos alunos, como prémio de bom comportamento, ou preferencialmente quando preciso de “liberdade” para desenvolver um trabalho mais individualizado com alunos que revelam mais dificuldades.

A gestão do tempo de aula revela-se cada vez mais como um aspeto fulcral no processo de ensino e aprendizagem. No caso da disciplina de Educação Física, o tempo útil de aula tem vindo a reduzir-se devido às inúmeras variáveis e constrangimentos existentes que vão desde o aumento do número de alunos por turma às condicionantes estruturais existentes no horário dos alunos (como por exemplo os períodos de intervalo reduzidos entre as aulas de educação física e as outras aulas, que não permitem aos alunos, tomar banho, utilizado apenas o tempo disponível desse intervalo).

Relativamente ao meu trabalho com alunos deficientes procuro seguir as indicações atuais que preveem a integração dos alunos com deficiência nas escolas do ensino regular e em todos os outros domínios da vida social e o seu direito à plena cidadania. Para que haja integração, toda a comunidade escolar deve criar condições para que estes alunos possam usufruir de um ensino com qualidade.

“ A inclusão não pode ser representada como o contrário de exclusão, pois às vezes "incluindo" estamos excluindo. Inclusão deve ser significada como sinónimo de emancipação.” (Gomes, 2012) Ao professor cabe a responsabilidade de criar, na escola, um ambiente educativo propício ao diálogo sobre as diferenças existentes entre indivíduos, enaltecendo sempre que essas diferenças são normais e fazem parte da experiência humana. Todas as pessoas diferentes da “norma”, quer pelas suas características

específicas de deficiência, de imagem, de raça, de orientação sexual, de crença religiosa, ou de pensamento, desenvolveram características e experiências de vida únicas e diferentes que, se aceites, partilhadas e valorizadas, permitem o “crescimento” interior, cívico, solidário e afetivo de uma comunidade e de cada um dos seus elementos. Tal como a “normalidade” nada traz de especial, a inclusão deve ser uma integração “afetiva” e não “caridosa”, de alguém mais frágil ou diferente.

Durante a minha atividade docente tive a presença pontual, em turmas que lecionei, de alunos com deficiência que se caracterizavam por sofrerem problemas quer ao nível motor como ao nível cognitivo. Já lecionei turmas que incluíam alunos com paralisia cerebral e mais recentemente lecionei turmas com alunos com trissomia XXI.

Tentei sempre desenvolver estas aulas numa perspetiva de inclusão destes alunos e de desenvolvimento motor, apesar de durante a minha formação inicial nunca ter tido acesso a informação que me preparasse para a eventualidade de poder lecionar uma turma que incluísse alunos deficientes. Foi muito difícil, em determinados momentos das aulas lecionadas, conseguir envolver estes alunos, promovendo a sua participação em atividades físicas que os motivassem, pondo em jogo as estruturas emocionais, mentais e motoras, sem que, para isso, o ritmo de aprendizagem dos restantes alunos da turma fosse alterado. Em algumas situações, foi mesmo impossível fazer uma abordagem inclusiva. Felizmente, as turmas em que estes alunos estavam inseridos eram turmas reduzidas, nas quais os restantes alunos estavam perfeitamente adaptados à presença de um colega com deficiência, sendo tolerantes e compreensivos com aos constrangimentos que surgiam durante as atividades. O apoio de um técnico de ação educativa foi fundamental durante os momentos em que era necessário desenvolver situações e tarefas específicas para estes alunos, tarefas que exigiam um apoio personalizado e constante durante um longo período da aula.

Tentei sempre documentar-me sobre as características que especificam a deficiência destes alunos e o tipo de exercícios e atividades mais benéficos para eles. Para isso contei com a ajuda dos professores de educação especial existentes na escola e que acompanhavam estes alunos.

Ao nível da planificação do meu trabalho com estas turmas específicas, procuro adaptar os jogos e as tarefas de aprendizagem definidas, às características dos alunos com deficiência, tentando não descaracterizar a dinâmica normal da aula; modificava algumas vezes as regras de um jogo de forma a dar protagonismo a estes alunos com deficiência (por exemplo: antes de se rematar à baliza a bola tinha de passar por este aluno), noutros

momentos, planificava a aula de forma a permitir-me desenvolver um trabalho mais individualizado, durante determinados períodos de tempo, só com estes alunos.

Nestes casos de alunos com deficiência é necessária a elaboração de um currículo escolar próprio onde, mais uma vez, a componente de atividade física é relevante. A avaliação destes alunos é adequada aos objetivos do currículo próprio estabelecido, tendo como fator relevante o trabalho do aluno nos processos de socialização e inclusão.

“Existem sempre tarefas, na aula, em que a criança ou adolescente deficiente pode participar. No entanto, face ao grau da disfunção/deficiência apresentada, a integração e o tipo de atividades a desenvolver, deverão ser, previamente, combinados entre professor e aluno. Por outro lado, essa participação não deverá ser subvalorizada nem coerciva, cabendo ao docente responsável, em função das características do deficiente, do grupo em que se encontra inserido e do trabalho proposto, tomar as decisões mais adequadas. Mas para conseguir responder, adequadamente, à função que lhe é conferida, entendemos que o professor de Educação Física deverá, antes de mais, identificar as capacidades dos alunos portadores de deficiência que integram a sua classe; depois deverá selecionar as estratégias e materiais pedagógicos adaptados às necessidades dessas crianças, selecionar estratégias de avaliação, entre outras” (Correia, 2012).

Relativamente aos alunos que não podem participar na parte prática das aulas, quer por falta de material, atestado médico ou outros motivos, estabeleci critérios de atuação e de avaliação relativamente aos mesmos. Aos alunos que por algum motivo não podem fazer a parte prática da aula por uma razão pontual (exemplo: faltas de material) ou continuada (exemplo: indicação médica). As tarefas, avaliação e modelo de intervenção nas aulas, destes alunos foram definidas pelo grupo disciplinar. No caso específico do nosso agrupamento, esses alunos desenvolvem um trabalho colaborativo com o professor durante a aula assumindo por vezes funções de árbitro/juiz, ou ajudando os colegas. Caso não seja necessária, ou possível, a colaboração ativa do aluno durante a aula, este será encaminhado para a biblioteca com uma tarefa para cumprir, normalmente relacionada com o tema da aula. Relativamente aos alunos que apresentam atestado médico de longa duração. Procuro sempre informar-me dos problemas físicos que estão na origem desse atestado e se é possível, ou benéfico para o aluno, a realização de algum tipo de atividade física. Quanto às tarefas a desenvolver por estes alunos durante as aulas, resumem-se à colaboração com o professor durante a organização das tarefas, registo do comportamento dos colegas, registo dos conteúdos abordados nas aulas e arbitragem de jogos. Em aulas específicas encaminho estes alunos para a biblioteca com uma tarefa para realizar, relacionada com o tema da aula. Por vezes peço a esses alunos que apresentem aos

colegas a matéria prevista para lecionar nessa aula. A avaliação destes alunos realiza-se apenas ao nível do domínio dos conhecimentos e justifica-se pelos trabalhos realizados, realização de fichas de avaliação e pela atitude e predisposição para ajudar e intervir de forma pertinente e coerente na aula. Para os alunos que têm falta de material ou comportamentos desviantes defino-lhes tarefas para desenvolverem em função das características de cada aluno, para que estas tarefas sejam sentidas, por estes alunos, como sanções que os inibam de voltarem a adotar comportamentos semelhantes.

A componente “aptidão física”, desenvolve-se em todas as aulas, quer através de exercícios específicos, quer através das matérias curriculares desenvolvidas na aula. A avaliação desta componente realiza-se no final de todos os períodos letivos pois os dados resultantes, fazem parte da avaliação desse período. Esta avaliação faz-se através da aplicação da bateria de testes “Fitnessgram”.

3.3.2.3. Relação pedagógica com os alunos e clima de aula

“Quaisquer que sejam os objetivos propostos, haverá sempre mais possibilidades de os alcançar quando reine um clima positivo.” Rosado (1998).

Em termos da minha relação pedagógica com os alunos, procurei empenhar-me em criar uma boa relação afetiva, de empatia e confiança com os alunos, propícia às aprendizagens e à harmonia emocional dos alunos. Tive a preocupação constante em elogiar o esforço, o empenho e as conquistas dos alunos, bem como incentivar e apoiar aqueles que demonstraram mais dificuldades em interagir e participar.

Sei que um trabalho demasiado centrado na noção de exercício competitivo com o objetivo da quantificação e elevação dos níveis de aptidão física pode induzir, nos alunos menos habilidosos, sensações desagradáveis em relação à atividade física, desmotivando-os ainda mais da prática.

Segundo Onofre (2000) citando Carreiro da Costa (1991), os professores mais eficazes, assumem uma intervenção preventiva, evitando a ocorrência de comportamentos desviantes e fora da tarefa e, quando têm que reagir aos alunos, procuram reorientar a sua atenção. Os professores menos eficazes, atuam sobretudo reagindo aos comportamentos de indisciplina, de forma remediativa, pública e interrompendo a atividade da aula.

Com o objetivo de prever a ocorrência de situações que possam prejudicar o clima de aula, no início do ano letivo explico claramente aos alunos os motivos da necessidade de chegarem a horas e de haver silêncio nos momentos de instrução, o porquê de não

poderem ter determinados objetos nas aulas (brincos, anéis, etc) e a necessidade de um equipamento específico. Transmito aos alunos que estes devem saber arrumar corretamente o material e respeitarem todos os elementos da turma. Explico também que a aula é um espaço de trabalho e que apesar de poderem existir momentos de maior descontração, o que se pretende é a necessidade de o aluno estar empenhado nas atividades propostas. Defini também sinais visuais e audíveis de forma a direcionar rapidamente a atenção dos alunos durante as aulas.

Apesar da escola se localizar numa zona considerada problemática e ter, de facto, alguns alunos com problemas disciplinares, esta forma de me relacionar com os alunos tem-se mostrado adequada. Este respeito e confiança não é só demonstrado durante as aulas mas também fora delas e no relacionamento que desenvolvo fora da escola com os alunos. Mais do que estabelecer regras e promover valores de conduta, procuro ser um modelo dessas regras e valores, em toda a minha conduta.

Considero ainda de extrema importância a prevenção de processos de exclusão e discriminação entre os alunos. Normalmente, sempre que minimamente se justifica, procuro elogiar o desempenho de alunos vítimas de possíveis atos de discriminação envolvendo-os como protagonistas das dinâmicas positivas da aula. Aquando da formação de grupos de trabalho escolho estes alunos para formarem grupos, evitando que durante esse processo não sejam excluídos. Durante a realização de jogos, atribuo a estes alunos, cargos de liderança e faço depender deles o destino dos colegas, dando-lhes um protagonismo positivo que normalmente não têm.

3.3.2.4. Avaliação das aprendizagens dos alunos

A avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno. A avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos. A avaliação e os seus resultados devem ser utilizados para a melhoria das práticas dando indicações aos alunos para poderem melhorar os seus resultados. O fato de haver avaliação contraria o comodismo.

A avaliação deve ser válida, fiel e objetiva. Para isso procuro desenvolver situações de avaliação semelhantes em termos de contexto, às situações didáticas utilizadas durante as aulas regulares. Procuro ainda isolar, durante a avaliação, os progressos adquiridos pelos alunos resultantes do trabalho desenvolvido nas aulas. Procuro também utilizar

instrumentos de observação que me possibilitem caracterizar o nível de aquisições motoras em que cada aluno se encontra.

A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica ou inicial, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

a) Avaliação inicial

“A avaliação diagnóstica e prognóstica permite identificar o nível inicial de cada turma e de cada aluno em particular, relativamente ao nível em que se encontram no programa de Educação Física, permitindo obter informações acerca de quais os alunos e matérias críticas, orientar a formação de grupos de nível, definir as bases da diferenciação do ensino e decidir, assim, sobre quais os objetivos prioritários e quais os objetivos secundários” (Rosado & Dias, 2003).

A avaliação diagnóstica ou inicial permite-me identificar os conhecimentos dos alunos e realiza-se no início de cada ano de escolaridade. A avaliação inicial permite-me diferenciar os alunos em vários níveis: nível introdutório, nível elementar ou nível avançado nas várias matérias abordadas. Esta classificação justifica-se pelo fato dos conteúdos de cada uma das matérias a avaliar, se encontrarem especificado em três níveis:

- Introdutório, onde se incluem as habilidades, técnicas e conhecimentos que representam a aptidão específica ou preparação de base;
- Elementar, nível em que se discriminam os conteúdos já com carácter mais formal, relativamente aos modelos de prática e organização da atividade referente;
- Avançado, que estabelece os conteúdos e formas de participação nas situações típicas da atividade referente, correspondentes ao nível superior que poderá ser atingido no âmbito da disciplina de Educação Física.

Procuro durante o processo de avaliação isolar em cada modalidade abordada, conteúdos representativos dos vários níveis de aquisição motora referidos atrás, para que desta forma, durante a avaliação, possa mais facilmente classificar, cada aluno, no seu nível de aquisição motora.

Para uma correta planificação das atividades curriculares (definição das materiais e o tempo de atividade em cada uma) é necessário desenvolver, em trabalho de grupo disciplinar, um documento de avaliação inicial que forneça ao professor, dados e indicadores objetivos sobre as competências e/ou conteúdos já adquiridos. Se, no meu caso que leciono todas as turmas do 2º ciclo da escola, esse processo já se encontra facilitado no sexto ano, pelo conhecimento que tenho desses alunos, para os novos alunos do 5º ano, tenho de

estabelecer um processo rápido de avaliação inicial, de todas as matérias que irei desenvolver nesse ano letivo. Incrementei por isso, uma ficha de recolha de dados avaliativos onde de uma forma global avalio o aluno em vários níveis: cognitivo, psicomotor e relacional. Na avaliação inicial incluo uma ficha escrita de avaliação de conhecimentos, a utilização da bateria de testes de aptidão física “Fitnessgram” e um conjunto de exercícios e situações de jogo, que me permitem obter dados para uma avaliação das qualidades motoras dos alunos nos vários grupos de modalidades desportivas, classificando-os nos vários níveis de aquisição motora (não introdutório, introdutório, elementar e avançado) estabelecidos para cada modalidade desportiva a abordar. Aproveito essas aulas para obter ainda uma perceção inicial das dinâmicas de relacionamento entre colegas e do nível de participação destes, nas atividades propostas. Esta avaliação fica concluída com a elaboração de um relatório avaliativo de turma, que é entregue ao diretor de turma, para que este possa informar os encarregados de educação da avaliação inicial realizada em todas as disciplinas. A mim, pessoalmente, permite-me obter uma visão global do nível avaliativo da turma e de cada aluno, de forma a poder planejar e distribuir temporalmente as matérias a desenvolver ao longo do ano em função dos resultados da avaliação, promovendo, mais tempo para a lecionação de determinados conteúdos, em detrimento de outros e desenvolvendo um acompanhamento mais individualizado dos alunos que revelam mais dificuldades. A avaliação inicial fornece-me ainda, dados que me auxiliam no desenvolvimento de estratégias de intervenção na aula, como a formação de grupos de trabalho por nível de competências e a planificação de situações didáticas adaptadas ao nível de competências motoras de cada um dos alunos da turma.

Durante este processo avaliativo não me limito apenas a observar e a registar o desempenho dos alunos, nas várias situações didáticas, mas aproveito também para corrigir e dar indicações aos alunos, retirando o caráter formal da avaliação e acrescentando valor formativo ao processo.

b) Avaliação formativa

A avaliação formativa assume caráter contínuo e sistemático e decorre através da utilização de uma variedade de instrumentos de recolha de dados que permitem ao professor, ao aluno e ao encarregado de educação, obterem informações sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista à melhoria do desempenho do aluno, através do ajustamento dos processos e estratégias de ensino.

Esta avaliação, caracteriza o aluno quanto à sua evolução durante o processo de ensino aprendizagem, transmitindo dados ao professor que lhe permitem avaliar e aferir o seu trabalho. Esta avaliação é normalmente realizada, por mim, de forma informal, em todas as aulas, através do registo de todas as ocorrências positivas ou negativas que se justificam como relevantes. Relativamente aos alunos com mais dificuldades este registo é mais preciso, focando a minha atenção nos pequenos avanços ou recuos destes alunos procurando sempre oportunidades de reforço positivo de forma a motivar e premiar os seus esforços.

Com os resultados desta avaliação formativa, posso acompanhar a evolução dos alunos e avaliar as minhas opções didáticas em função dos resultados obtidos. Permite-me ainda fazer uma gestão do tempo de lecionação necessário para determinados conteúdos ou definir momentos de reforço e consolidação de outras matérias. Esta avaliação contínua e sistemática, permite-me ainda ter um registo atualizado dos progressos ou recuos dos alunos.

c) Avaliação sumativa

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação. A avaliação sumativa dá normalmente origem a uma tomada de decisão sobre a progressão, retenção ou reorientação do percurso educativo do aluno. Esta avaliação realiza-se normalmente no final dos períodos letivos.

Esta avaliação sumativa deve assumir-se segundo uma lógica de ciclo, logo plurianual, em que o aluno progride para o ciclo imediato assim que adquire os conhecimentos e desenvolve as capacidades/metastabelecidas para cada ciclo de ensino. Para monitorizar e situar, num determinado momento, esse processo e verificar o nível de aquisições dos alunos, estabelecem-se metas de aprendizagem.

A referência para o sucesso, no final de cada ciclo de escolaridade vem definida nos Programas Nacionais de Educação Física, a partir daí, o grupo de Educação Física da escola define a referência para o sucesso nos outros anos de escolaridade tendo em conta a especificidade da escola e as metas de aprendizagem definidas para cada ano de escolaridade.

Os critérios avaliativos na disciplina de Educação Física no meu agrupamento, resultaram de um compromisso entre os critérios gerais avaliativos definidos pelo agrupamento e as indicações definidas nos Programas Nacionais de Educação Física, de forma a poderem ser aprovados pelo Conselho Pedagógico. Foi definido pelo agrupamento

que ao nível dos critérios avaliativos, haveria uma componente transversal e uma componente específica na sua definição. Esta componente transversal aplicar-se-ia aos aspetos comportamentais e de atitude do aluno e a componente específica reportar-se-ia à avaliação das aprendizagens dos alunos, em cada área disciplinar. Estas duas dimensões são valoradas por uma estimativa percentual atribuída a cada uma. No 2º ciclo, o conselho pedagógico definiu que seria de 80% para a componente específica de cada área disciplinar e 20% para a componente transversal. Do 1º ao 3º ciclo de escolaridade, esta proporcionalidade percentual é diferente, definindo-se segundo uma lógica de diminuição progressiva do valor percentual da componente transversal face à componente específica, à medida que se avança no nível de escolaridade.

Esta norma definida pelo agrupamento de escolas, criou alguns constrangimentos durante a definição dos critérios avaliativos na disciplina de Educação Física, pois as normas estabelecidas pela escola não se refletiam nas indicações dos PNEF, nomeadamente no que diz respeito à utilização de percentagens e na particularidade de se avaliar isoladamente atitudes e comportamentos (avaliação transversal). Face a esta situação o grupo disciplinar de Educação Física que vinha adotando a avaliação por percentagens, decidiu, neste ano letivo de 2012/2013, experimentar definir esses critérios avaliativos em função de patamares de aquisição previamente estabelecidos. Assim, neste agrupamento, só é possível que um aluno obtenha nível três na componente específica da disciplina de Educação Física, se cumprir, cumulativamente, determinados parâmetros nas 3 dimensões a avaliar: Atividades físicas, Aptidão Física e Conhecimentos. Promovendo-se o ecletismo na avaliação, pois um aluno só progride se atingir um valor mínimo em cada uma das dimensões avaliativas. A esta avaliação que caracteriza o aluno, na disciplina de Educação Física, acrescenta-se, a componente transversal (atitudes e comportamentos) definida pela escola, de forma a respeitar os critérios avaliativos definidos pelo agrupamento para todas as disciplinas (Anexo II). Já ao nível dos critérios avaliativos para cada período letivo, estes são definidos em função de um prognóstico de evolução desses alunos, nesse momento avaliativo.

Relativamente aos alunos que por vários motivos não podem fazer a parte prática da aula (atestado médico prolongado), o grupo de educação física, decidiu que a avaliação desses alunos reportar-se-ia apenas à dimensão dos conhecimentos e ao trabalho específico realizado na aula.

Os alunos que se encontram ao abrigo do decreto-lei 3/2008, do ensino especial, beneficiam de adaptações no seu processo de avaliação ou de adaptações curriculares definidas em conselho de turma.

Tal como é referido por Carvalho (1994), “a avaliação tem sempre uma forte componente subjetiva” e na Educação Física, no domínio da avaliação das aprendizagens motoras essa componente agrava-se pela ausência de produtos permanentes de avaliação (testes escritos, fichas, etc.) e pelo facto do instrumento de avaliação por excelência ser a “observação”, cujo resultado dificilmente é exatamente o mesmo entre essas duas pessoas. Deve-se por isso insistir no rigor avaliando o que é realmente importante e crítico, sendo objetivo na escolha das situações de avaliação e na recolha de informação” (151).

d) Auto avaliação alunos

Importa referir, neste capítulo, a importância da autoavaliação, como um processo auto regulador da perceção dos alunos sobre a sua avaliação, e os parâmetros avaliativos que necessitam melhorar. A autoavaliação permite aos alunos diagnosticarem a sua situação avaliativa, permitindo-lhes identificar, em relação aos conteúdos já abordados, quais os seus pontos fortes e aquelas matérias em que precisam de melhorar a sua prestação. Esta avaliação permite ainda aferir a perceção avaliativa dos alunos com a avaliação do professor

3.3.3. Dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa

Neste capítulo abordo a minha intervenção no âmbito das atividades desenvolvidas entre a escola e a sua comunidade educativa, aproveitando os saberes e recursos do meio para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Neste processo colaborei com todos os intervenientes da comunidade educativa, favorecendo a criação de laços de cooperação e o desenvolvimento de relações de respeito e reconhecimento mútuo, entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente.

Ao nível do Desporto Escolar cumpri todos os objetivos definidos, quer ao nível coordenativo, quer na minha atividade interna e externa do clube de desporto escolar do agrupamento.

Fui professor coadjuvante de uma turma do 1º ciclo (4ºAno). Procurei, a esse nível, ajudar os professores titulares da turma, desenvolvendo e criando situações didáticas e metodológicas, adaptadas às características da turma, seguindo as orientações estipuladas no programa do 1º Ciclo. Este cargo permitiu-me observar uma realidade que desconhecia. Em todo este processo de coadjuvação tomei conhecimento da grande dificuldade que os

professores titulares de turma têm em desenvolver, com segurança, as suas aulas nesta área do currículo dos seus alunos, sem o apoio de um professor de Educação Física. Existe também um grande desconhecimento quanto às metas de aprendizagem definidas para este ciclo de escolaridade.

Fui orientador de estágio no programa PEPAC (Programa de estágios profissionais na administração central) e fui relator na avaliação de desempenho docente de dois colegas de grupo.

A orientação de estágio do programa PEPAC foi uma experiência nova para mim, pois orientei o estágio de uma recém-licenciada em Educação Social, que desenvolveu o seu trabalho ao nível do projeto Escola Ativa e no acompanhamento de alguns alunos com necessidades de apoio social. Foi uma ajuda preciosa para o desenvolvimento do projeto “Escola Ativa”, pois nesse ano letivo debatia-me com grandes problemas em fazer chegar a mensagem da “Escola Ativa” a todas as escolas do Agrupamento.

Quanto à minha ação como relator na avaliação de desempenho de dois colegas, foi uma atividade que me foi imposta e que se revelou uma experiência que não gostaria de repetir. Fui designado para avaliar colegas com quem trabalho diariamente e que tinham uma ação docente tão boa ou melhor do que a minha. O fator implícito a essa decisão foi apenas o facto de eu possuir um maior número de anos de serviço do que os restantes colegas. Felizmente o processo desenvolveu-se unicamente através da análise de “portefólio” e do relatório de autoavaliação, pois nenhum dos colegas solicitou observação de aulas.

Sou ainda coordenador no agrupamento do projeto “Escola Ativa”, cujo âmbito de ação se desenvolve ao nível do combate à obesidade infantil e que irei abordar no próximo ponto deste relatório.

A reflexão crítica e consciente relativamente ao trabalho que desenvolvi nos anos letivos anteriores, como docente, coordenador do projeto “Escola Ativa”, e dinamizador de inúmeras atividades no âmbito do Desporto escolar, permite-me considerar que contribuí de modo muito significativo para a consecução dos objetivos e metas referenciados no Projeto Educativo e para a realização das atividades previstas no Plano atividades.

Inúmeras atividades realizadas com os alunos foram publicamente apresentadas, tanto no espaço físico da escola como noutros locais. Este facto tem, na minha opinião, vários aspetos positivos, como a divulgação do trabalho criado e produzido pelos alunos, a responsabilização dos alunos pela realização dos projetos e atividades, o incentivo aos pais, encarregados de educação e população em geral a participarem na vida escolar, a melhoria

da auto estima dos alunos e o contributo para o desenvolvimento cultural dos alunos e da comunidade em geral.

No que diz respeito aos objetivos relatados no Projeto Educativo, considero que o trabalho que desenvolvi com os alunos contribuiu para educar cidadãos com uma sólida formação, procurando desenvolver competências necessárias ao sucesso pessoal com vista à integração numa sociedade em constante mudança. Promovi uma cultura de inclusão e a formação de jovens conscientes dos seus deveres de cidadania, tentando fomentar a autonomia e o gosto pelo conhecimento. Em termos de atividades não letivas, nestes últimos cinco anos envolvi-me, de forma ativa, em dois projetos (Projeto Escola Ativa e Projeto de Desporto Escolar).

3.3.3.1. Projeto “Escola Ativa”

O projeto Escola Ativa, que coordeno no meu agrupamento de escolas desde o ano letivo de 2009/2010, insere-se no âmbito do Programa de Combate à Obesidade Infantil na Região do Algarve e tem como propósito promover a atividade física regular nas escolas básicas da região, fomentando a interiorização de condutas e estilos de vida ativos e saudáveis através da promoção do exercício físico e de uma alimentação saudável.

O projeto foi concebido pela Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, implementado pela Direção Regional de Educação do Algarve, a Direção Regional do Algarve do Instituto do Desporto de Portugal, a Administração Regional de Saúde do Algarve e todas as autarquias da região.

A Escola Ativa é um conceito integrado de promoção e adesão à atividade física e desportiva, com o objetivo de melhorar a qualidade e a quantidade do exercício físico dos alunos. Desenvolve-se em interdisciplinaridade, através da formação dos professores, com estratégias cognitivo-comportamentais, com avaliação da aptidão física, e envolvendo toda a comunidade educativa.

O projeto compreende cinco áreas de intervenção: formação, atividades, avaliação, intervenção social e comunicação. A formação desenvolve-se através de ações que permitam formar e informar a comunidade sobre os benefícios do exercício físico e de uma alimentação saudável para o combate e prevenção da obesidade. As atividades compreendem todas as ações desenvolvidas que envolvam exercício físico. A avaliação pressupõe um estudo da situação atual e recolha de dados que permitam identificar situações de obesidade ou magreza extrema junto da população escolar, avaliar os hábitos desses alunos relativamente à prática de exercício físico e ao tipo de alimentação e por

último avaliar os resultados conseguidos com a implementação do projeto. A intervenção social resulta no desenvolvimento de ações que permitam identificar problemas estruturais envolvendo a comunidade escolar e as instituições nesta luta contra a obesidade infantil. A comunicação abrange todas as ações que permitam a divulgação e promoção do projeto e de todo o trabalho desenvolvido, junto dos “média”.

Este projeto possui, no agrupamento de escolas que coordeno, três linhas de orientação complementares:

- Proporcionar atividades dirigidas ao Agrupamento de Escolas D. José I, bem como a toda a comunidade escolar, que desenvolvam a interiorização de estilos de vida saudáveis e ativos, baseados numa alimentação saudável e na prática de atividade física regular;

- Colaborar com os Professores Titulares de turma no 1º ciclo na abordagem dos temas da alimentação saudável e dos benefícios inerentes ao exercício físico, em contexto de sala de aula.

- Intervir ao nível da identificação e encaminhamento para consulta de especialidade, no Centro de Saúde, de todos os alunos com problemas de obesidade.

O plano de ação caracteriza-se pelo acompanhamento dos alunos identificados com problemas de excesso de peso e obesidade do agrupamento, através de apoio personalizado, indicando estratégias e fornecendo instrumentos de combate a este problema, e promovendo a participação e colaboração dos familiares dos alunos neste processo. Pretende-se ainda reforçar a componente “Exercício Físico” quer no currículo escolar do aluno quer através da promoção de atividades complementares dirigidas a toda a comunidade escolar ou a um grupo restrito identificado como tendo problemas de excesso de peso, obesidade ou magreza extrema.

Realizei, no âmbito deste projeto, várias atividades das quais destaco as seguintes, pela sua importância e impacto em toda a comunidade escolar:

- Desenvolvi um trabalho conjunto com os professores titulares das turmas do 1º ciclo no qual os alunos podiam, reforçar e relacionar as matérias abordadas na componente teórica do seu currículo (matemática, língua portuguesa ou outra), através de atividades lúdico-desportivas onde, numa mesma tarefa, desenvolviam ações do domínio motor e do domínio cognitivo que lhes permitiam interiorizarem conhecimentos teóricos de forma lúdica, envolvendo a prática de exercício físico. Exemplos destas atividades seriam, jogos em que para atingirem um determinado objetivo, os alunos teriam de realizar uma tarefa motora com sucesso e responder acertadamente a algumas perguntas sobre os conteúdos da disciplina de Matemática, Português ou outra matéria do currículo. Desta forma os alunos desenvolviam mais atividade física enquanto interiorizavam conhecimentos de forma lúdica

e motivante. Os recursos didáticos para esta atividade constam da plataforma “online” do projeto Escola Ativa, integrada na página da Direção Regional de Educação do Algarve: <http://www.fitness.ines.com.pt/ficheiros.aspx>.

- Também ao nível deste projeto realiza-se anualmente um rastreio exaustivo do índice de massa gorda (IMC) dos alunos do agrupamento (do pré-escolar ao 9ºano), com o objetivo de identificar alunos que revelam problemas de excesso de peso, obesidade e magreza extrema. Pode-se, assim, monitorizar a evolução deste problema no agrupamento e avaliar o trabalho desenvolvido. Feita esta identificação, os alunos são referenciados no Centro de Saúde do concelho e propostos para consulta médica de orientação alimentar. Paralelamente, a escola, com o apoio da autarquia, promove o aumento da prática de exercício físico destes alunos através de atividades desenvolvidas especificamente para eles. Destas atividades destacamos a formação de uma “Turma Ativa”, orientada por mim, com o objetivo de envolver estes alunos na prática regular e autónoma de exercício físico. Esta opção foi um sucesso pois desenvolveram-se atividades físicas motivantes, escolhidas pelos alunos, num espaço só deles, onde podiam sentir-se entre iguais na tentativa de resolução de problemas semelhantes. Podiam, assim, sem constrangimentos ou medos, jogar e divertir-se através da atividade física. A colaboração da autarquia foi fundamental na cedência das excelentes instalações desportivas autárquicas e no transporte para as atividades realizadas fora da escola.



Figura2 – Atividades “Turma Ativa” (Caminhada para a piscina e jogos em meio aquático)

No início de todos os anos letivos é entregue aos alunos do 1º Ciclo a “Caderneta de Atividade Física”, instrumento que lhes permite obter informação sobre questões relacionadas com a alimentação saudável e o exercício físico. Paralelamente, os alunos são incentivados a competir entre si na realização do maior número de momentos de atividade física contínua, uma vez que por cada 30 minutos de atividade física realizada é registada

uma assinatura na caderneta pelo responsável que acompanhou ou testemunhou essa prática (encarregado de educação, familiar ou professor). No final do ano letivo os alunos com mais registos são premiados.

Durante todos estes anos de implementação do projeto desenvolvi uma plataforma interativa com os alunos, através da criação de uma página no “Facebook”, denominada “Cuico activix”. Através desta página, os alunos podem ver e partilhar as fotografias das atividades em que participam e aconselham-se relativamente às temáticas do exercício físico e da alimentação saudável. Nesta página “online” são normalmente divulgadas todas as atividades consideradas pertinentes e interessantes para os alunos, no âmbito do projeto “Escola Ativa” ou do Desporto Escolar. Esta plataforma interativa pode ser consultada em: <https://www.facebook.com/cuico.activix> .



Figura 3 – Site “Cuico activix” no Facebook

Promovi, através do projeto “Escola Ativa”, os chamados “ intervalos ativos” durante os quais os alunos têm a possibilidade de requisitarem material desportivo para as suas atividades recreativas no decorrer desse período de tempo. Também são propostos, durante esses intervalos, a organização de torneios de várias modalidades.

No final do ano realiza-se sempre uma exposição fotográfica das atividades realizadas durante esse ano letivo onde se promovem, também, estratégias para uma vida mais ativa e saudável e onde são premiados os alunos mais “ativos”.

Anualmente, com o objetivo de promover o projeto junto da comunidade escolar coordeno a realização de uma “caminhada ativa” em que participam todos os alunos professores e familiares. No último ano esta atividade envolveu cerca de 1800 alunos numa caminhada pela mata de Vila Real de Santo António (Fig. 4).



Figura 4: Notícia no Jornal do Algarve e Cartaz da Caminhada “Escola Ativa” (11 Abril 2012)

3.3.3.2. Desporto escolar

Ao nível do desporto escolar procurei complementar o trabalho desenvolvido na Educação Física, promovendo a realização de torneios onde os alunos pudessem aplicar, em contexto competitivo formal, todos os conhecimentos adquiridos nas aulas de educação física.

Inserido na atividade externa do desporto escolar, trabalhei com um grupo equipa de Futsal, que permitiu aos alunos reforçar conhecimentos sobre a modalidade e competir com outras escolas. Neste núcleo dei autonomia aos alunos para exercerem vários cargos inerentes à dimensão desportiva da modalidade, nomeadamente a organização de torneios e a arbitragem. É importante referir o imprescindível apoio da autarquia ao nível da cedência de transporte para as deslocações da equipa aos vários torneios promovidos pelo Desporto Escolar. Esta preciosa ajuda está, neste ano letivo de 2012/2013, seriamente comprometida devido aos cortes orçamentais. A verba vinda do desporto escolar tem permitido a compra de material desportivo e o fornecimento de lanches aos alunos que se deslocam às competições inserida no âmbito do desporto escolar.

No âmbito da atividade interna do desporto escolar organizei variadíssimas atividades ao longo do meu percurso docente. Seria um trabalho exaustivo enumerá-las todas pelo que destaco, somente duas atividades, que me deram uma grande satisfação na promoção e organização das mesmas. Refiro-me ao primeiro sarau gimnodesportivo realizado no agrupamento a que pertenço que teve como objetivo, plenamente alcançado,

promover e divulgar junto da comunidade educativa o trabalho desenvolvido na escola e premiar, pela primeira vez publicamente, os melhores alunos da escola ao nível desportivo. Esta atividade esgotou totalmente o pavilhão da escola, permitindo aos familiares dos alunos assistir a um excelente espetáculo de luz, cor, som e movimento, com excertos de filmes sobre os melhores momentos das atividades desenvolvidas pelos alunos ao longo do ano projetados em formato gigante na parede do pavilhão, exposições de alunos da escola em várias modalidades desportivas, exposições dos alunos em representação de várias coletividades desportivas do concelho e uma emotiva entrega de prémios aos alunos que mais se destacaram na escola quer ao nível desportivo como no seu Fair-play e predisposição para ajudar. Realizei, ainda, um concurso de dança, com características semelhantes, onde os alunos deram largas à sua imaginação e criatividade, apresentando aos colegas e familiares as coreografias trabalhadas em sala de aula.

3.3.4. Dimensão desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida

Embora não exista um plano de formação no agrupamento, anualmente são inquiridos os professores e auxiliares de ação educativa quanto às suas necessidades de formação. O centro de formação de professores encontra-se sediado na escola secundária de Vila Real de Santo António, sede do outro agrupamento de escolas do concelho. A nível interno são desenvolvidas ações de formação para professores propostas e organizadas pelos departamentos.

A minha formação inicial, realizada na Faculdade de Motricidade Humana no período de 1986-1991, permitiu-me obter uma formação de base bastante completa. Iniciei essa formação através do chamado “Ramo de Desporto” da faculdade e terminei o meu curso em Educação Física e Desporto, com a inclusão de cadeiras de caráter pedagógico e didático, num currículo inicialmente desenvolvido para treino desportivo. O estágio integrado, que realizei numa escola básica de Oeiras, permitiu-me adquirir e demonstrar competências como professor de educação física.

Procuro manter-me atualizado nos meus conhecimentos científicos e pedagógicos, apesar de lecionar longe dos grandes centros de decisão e desenvolvimento da educação.

Tenho procurado esta atualização através da formação contínua de professores que vou frequentando, das pesquisas que faço e nas discussões existente entre os meus pares.

Nestes últimos quatro anos inscrevi-me em ações de formação contínua acreditadas,

oferecidas pelo centro de formação a que pertenço. Essas ações foram as seguintes:

- Projeto “Escola ativa” nível II (Castro Marim, 2012)
- Promoção de estilos de vidas saudáveis em contexto escolar, familiar e envolvente – Escola Ativa” (VRSA, Julho, 2010)
- Quadros Interativos Multimédia no Ensino/Aprendizagem das Artes e Expressões (Tavira, Outubro, 2010).
- “ A avaliação em Educação Física” (VRSA, 2009)
- “ O ensino da dança na escola” (Olhão,2008)

A minha decisão, de participar nestas ações de formação, deveu-se à necessidade que sentia de atualização em determinadas áreas e à oportunidade da sua realização dentro da minha zona geográfica. As ações realizadas sobre a temática do projeto Escola Ativa permitiram-me atualizar os meus conhecimentos sobre alguns aspetos relacionados com a alimentação e construir, em conjunto com os meus colegas, um projeto de atividades a desenvolver na escola, sobre a temática do combate à obesidade infantil e a alimentação saudável. Deu-me ainda a possibilidade de trocar experiências sobre o trabalho desenvolvido pelos meus colegas em outras escolas do Algarve. A ação sobre a “Dança na Escola” permitiu-me atualizar conhecimentos sobre as várias formas de abordar a dança em contexto escolar. Tive a oportunidade de verificar a facilidade com que se podem desenvolver situações didáticas motivantes a este nível e verificar o quanto é enriquecedor a abordagem desta temática, em termos de comunicação de emoções e ideias através da expressão corporal, da utilização da música e do ritmo. Participei na ação sobre a “Avaliação em Educação Física” porque me sentia desatualizado e com muitas dúvidas em relação à forma como avaliava os meus alunos. A frequência desta ação permitiu-me esclarecer essas dúvidas e aferir com outros colegas a minha atuação a este nível. A ação que frequentei relacionada com os “Quadros Interativos”, apesar de se ter revelado interessante, sob o ponto de vista dos trabalhos aí realizados, revelou-se completamente inútil quanto à utilização desses conhecimentos, em contexto escolar, pois a minha escola não possui este tipo de quadros em quantidade suficiente que permitam a sua utilização nas aulas de Educação Física. Entretanto como nunca utilizei esses recursos, perdi todas as competências adquiridas nessa ação.

Participei também num grande número de ações de formação realizadas no meu Agrupamento de Escolas e no distrito de Faro, das quais destaco: as ações de Formação sobre as temáticas da Educação Sexual, a Educação Especial e a Gestão de Conflitos, ou o Râguebi na Escola. Atualizei também os meus conhecimentos ao nível da utilização de meios informáticos como a folha de cálculo Excel e o Moodle.

Para além destas ações muitas mais houve que não estão aqui referenciadas por se terem realizado de forma menos formal em conjunto com meus colegas de Educação Física do Agrupamento. É normal aproveitarmos e partilharmos os conhecimentos que cada um tem nas mais variadas áreas. Este esclarecimento de dúvidas é muitas vezes feito no pavilhão através da demonstração de exercícios e situações didáticas.

4. Reflexão final

Pretendo, neste último capítulo, fazer uma reflexão sobre os temas abordados neste relatório, analisando os principais problemas que foram surgindo durante este processo de autoanálise.

Durante o período a que se reporta este relatório, houve momentos em que deveria ter sido mais interventivo nas dinâmicas da escola. Deveria, por exemplo, ter impelido o grupo de Educação Física a incluir no Projeto Educativo e no Projeto Curricular do Agrupamento, intenções educativas que valorizassem mais a área da Educação Física na formação dos jovens, bem como as condições necessárias para que os objetivos e finalidades da Educação Física fossem assumidos pela comunidade educativa e pelos órgãos de gestão e de coordenação pedagógica, como referência explícita de sucesso educativo. Será um aspeto sobre o qual o grupo de Educação Física deverá trabalhar, de forma a dar visibilidade e justificação ao trabalho desenvolvido nesta área educativa.

Ao nível da organização do tempo de aula, em períodos de tempo útil, será necessário encontrar melhores cenários de organização do horário de Educação Física de forma a garantir as condições necessárias de plena realização do mesmo. Deverá existir, por exemplo, uma melhor organização do horário dos alunos, de forma a permitir-lhes o tempo necessário para o banho depois da aula de Educação Física, sem os constrangimentos habituais que desmotivam esta prática e prejudicam o tempo útil de aula.

Em relação à avaliação dos alunos, avançamos neste ano letivo, por minha sugestão, para a definição de critérios avaliativos mais adequados às indicações definidas nos PNEF. Será uma experiência cujos resultados analisaremos no final do ano letivo.

Relativamente à qualidade das aquisições motoras dos alunos, tenho verificado, que muitos alunos apresentam graves limitações nas suas competências motoras quando chegam ao 5º ano de escolaridade. Segundo a observação que de forma empírica tenho realizado no meu agrupamento, muitos alunos passam pelo 1º ciclo de escolaridade sem uma correta orientação no que à expressão físico-motora diz respeito, o que se traduz, posteriormente, em carências de ordem motora, registadas no início do segundo ciclo de escolaridade. Apesar de existir no primeiro ciclo um programa com metas bem definidas ao nível da expressão físico-motora, são poucos os professores que as conhecem e aplicam de forma sistemática e correta. Será portanto urgente, o desenvolvimento de um trabalho de supervisão e organização curricular a este nível, de forma a garantir uma correta articulação horizontal e vertical na área da Educação Física, desde o Pré-escolar até ao 9ºano. Este trabalho deve ser desenvolvido pelo grupo de Educação Física em colaboração com os professores titulares de turma do 1º ciclo de escolaridade do agrupamento. No caso

específico dos professores do 1º ciclo, observo muitos constrangimentos na leção da área da expressão físico-motora. Estes constrangimentos, têm origem, na minha opinião, na deficiente ou nula formação de muitos destes professores, nesta área das expressões. Apenas os professores mais jovens ou com uma formação inicial na área da Educação Física (cursos das Escolas Superiores de Educação- vertente Educação Física), se sentem seguros e motivados na leção da expressão físico-motora. Para debelar este problema, será necessário um grande esforço ao nível da formação de professores e também ao nível da articulação curricular da expressão físico-motora. Será necessário definir objetivos para cada ano de escolaridade e decidir um número mínimo de tempos semanais que os professores devem dedicar a esta área curricular.

No ano em que iniciei a minha atividade letiva em Monte Gordo, fui professor coadjuvante de algumas turmas do 1º ciclo, essa circunstância permitiu-me trabalhar esta área da expressão físico-motora, de uma forma sistemática, com todos os alunos, em conjunto com os professores titulares dessas turmas. Foi uma experiência bastante positiva para todos: os alunos desenvolveram uma leção regular e sistemática nesta área do seu programa curricular, e eu como futuro professor deles, obtive um conhecimento prévio das características de cada um. Esta conjuntura veio facilitar a integração destes alunos no 5º ano de escolaridade e os professores do 1º ciclo sentiram-se, posteriormente, mais seguros e confiantes na leção da expressão físico-motora. Em minha opinião, esta metodologia de trabalho de coadjuvação, adotada nesse ano letivo, revelou-se bastante útil e deveria ser retomada no agrupamento.

Relativamente à forma como a área da Educação física é desenvolvida no concelho de Vila Real de Santo António, verifico existir uma deficiente ou mesmo inexistente articulação entre os Projetos de Educação Física dos dois agrupamentos de escola existentes. Seria pertinente a existência de uma coordenação entre escolas, otimizando-se o desenvolvimento das atividades físicas e desportivas a todos os níveis, desde a avaliação dos alunos até à gestão dos recursos, passando pelas atividades de desporto escolar e os currículos de Educação Física. Esta articulação só existe entre as escolas de um mesmo agrupamento, precisamente pelo facto de se encontrarem agrupadas. Antes da formação destes megas agrupamentos de escolas, nunca se verificou qualquer esforço nesse sentido. Pode ser este, um, aspeto positivo para a formação de mega agrupamentos?

Quanto ao desenvolvimento curricular da Educação Física, considero importante referir que, enquanto não houver um aumento da carga horária semanal das aulas de Educação física, para um mínimo de três sessões semanais, tal como definido nos PNEF, esta área curricular corre o risco de se descaraterizar e transformar-se em algo semelhante

à animação desportiva, onde os aspetos da elevação das qualidades físicas e aptidão física são relegados para um plano secundário, tal como o trabalho sistemático que se deve desenvolver na promoção motivacional dos alunos para o desenvolvimento de atividade física ao longo da vida.

No agrupamento de escolas onde trabalho, com o objetivo de promover o envolvimento dos alunos, referenciados com problemas de obesidade e fraco desempenho motor, decidi desenvolver, no âmbito do projeto “Escola Ativa”, sessões lúdico desportivas complementares às aulas de Educação Física, que vieram beneficiar muitos alunos com dificuldades motoras. O facto de se encontrarem inseridos numa “turma” homogénea em termos de competências motoras, praticarem atividades desportivas diferentes e motivantes e usufruírem de um acompanhamento e aconselhamento personalizado, permitiu, a estes alunos, obter uma visão mais positiva e motivadora do exercício físico. Estas atividades foram, nestes últimos anos, as que mais me motivaram como professor, pois reconheci transformações visíveis, na imagem que estes alunos tinham do seu desempenho motor e alterações no estilo de vida sedentário que os caracterizava. Esta constatação fez-me sentir mais realizado como profissional e transmitiu “utilidade visível” ao meu trabalho.

A elaboração deste relatório permitiu-me “refrescar” conhecimentos, transmitindo-me novo ânimo, para a continuação do meu trabalho docente que nos últimos tempos tem-se caracterizando por momentos de cansaço e descrença neste sistema educativo. Esta descrença alimenta-se em decisões políticas, no mínimo controversas que vão no sentido de alterar o desenho curricular do ensino básico e secundário, permitindo-se que, no 3º ciclo, as escolas tivessem a liberdade de redefinirem o currículo de cada disciplina da área das expressões. Esta decisão originou grandes discussões no seio do meu Departamento de Expressões, pelas posições antagónicas de análise cooperativa do problema, entre os vários grupos disciplinares pertencentes ao departamento. A solução encontrada teve por isso uma lógica mais “cooperativista” de razoável gestão dos recursos humanos na escola, que propriamente pedagógica. A solução encontrada e aprovada, foi a redução do número de minutos de lecionação na disciplina de educação física no 3º ciclo (de 135 para 100 minutos semanais) em prol das disciplinas de Educação Visual. De forma a compensar esta medida promoveu-se o aumento do número de minutos de lecionação da disciplina de educação física no 2º ciclo de 135 para 150 minutos. Apesar desta pequena compensação, a redução do número de minutos semanais para a lecionação no 3º Ciclo veio agravar, ainda mais, as já grandes dificuldades existentes no cumprimento do programa nuclear da disciplina nesse ciclo de escolaridade, dificultando a consolidação dos objetivos definidos nos PNEF, que definem o período entre o 5º e 9º anos de escolaridade como a “fase de

apropriação dos conhecimentos essencial”. Por outro lado, os PNEF foram elaborados na condição de existirem, no mínimo, três sessões de Educação Física por semana, sendo reconhecido, cientificamente, que a realização de atividade física diária é a condição ideal para se obterem efeitos ao nível da melhoria da aptidão física e que a frequência mínima que possibilita esses benefícios é a de três sessões semanais. No agrupamento onde leciono, com esta modificação curricular na área da Educação Física, já só existem dois tempos semanais de 50 minutos de lecionação no 3º ciclo, o que inviabiliza uma abordagem correta das matérias nucleares e dificulta qualquer tentativa de desenvolvimento de alguns conteúdos de extensão curricular de acordo com as especificidades da escola e região tal como definido nas orientações dos PNEF.

Se analisarmos a carga horária dos vários currículos escolares nos vários níveis de escolaridade verificamos que, teoricamente, o tempo que um aluno passa em prática motora na escola é bastante baixo, tendo em conta toda a carga horária do currículo. A tendência atual parece reforçar esta constatação. Até os tempos letivos em que o professor da turma falta, que há anos atrás, eram aproveitados pelos alunos, para atividades maioritariamente espontâneas de caráter lúdico-motor, são agora usados, na sua grande maioria, pelas chamadas “aulas de substituição” onde se realizam tarefas maioritariamente sedentárias. É urgente, por todas as razões já evocadas ao longo deste relatório, nomeadamente no seu capítulo dedicado à importância da disciplina de Educação Física, aumentar o número de atividades e horas em que os alunos desenvolvem atividade física, na escola. Tenho desenvolvido um esforço bastante grande nesse sentido, promovendo programas e projetos como a “Escola Ativa” e as atividades do Desporto Escolar, lutado junto dos órgãos onde tenho assento e nas estruturas escolares onde trabalho, para que seja reconhecido o valor da disciplina de Educação Física e a sua importância em contexto escolar.

A pertinência e urgência desta luta, justifica-se quando atualmente, a nível internacional, se questiona a disciplina de Educação Física como uma atividade educacional. Segundo um artigo de Marques,A.,Martins,J. & Santos,F. (2012), citando Hardman (2009), “a disciplina de Educação Física, enfrenta sérias limitações ao nível do estatuto escolar, devido à existência de, por exemplo, propostas para que a disciplina seja retirada do currículo, e para que haja uma redução da componente letiva e dos recursos disponíveis. Estas preocupações parecem persistir com indicações de novos cortes no currículo da disciplina de Educação Física como consequência da crise financeira global. Em Portugal, vários estudos comprovam que o estatuto da Educação Física junto de diferentes intervenientes da comunidade educativa (pais, diretores escolares e professores de outras disciplinas) também não é o mais favorável (Carreiro da Costa & Marques, 2001).

Neste contexto, onde os direitos já adquiridos podem claramente ser reversíveis, urge refletir sobre a identidade da disciplina de Educação Física. (...) A definição desta identidade é importante na formação inicial de professores de Educação Física e passa posteriormente pelo trabalho desenvolvido pelo professor, transformando as crianças e jovens de forma a: demonstrarem competências nas habilidades motoras e nos padrões de movimento necessários para praticar um conjunto variado de atividades físicas; apresentarem ou manterem uma adequada aptidão física relacionada com a saúde; praticarem regularmente atividades físicas; conhecerem as implicações e os benefícios associados à prática das atividades físicas; demonstrarem conhecer como utilizar os princípios e as estratégias necessárias para conseguir benefícios da prática das atividades físicas; valorizem a atividade física relacionada com a saúde assim como a sua contribuição para um estilo de vida saudável, exibirem um comportamento pessoal e social responsável respeitando-se a si mesmo e aos outros ” (Marques,A.,Martins,J. & Santos,F.,2012, pp63-72).

Relativamente ao clima e organização escolar, assisti, nestes últimos cinco anos letivos, a repetidas alterações, de nível legislativo, das quais destaco, a formação dos “mega agrupamentos”, o Estatuto da Carreira Docente (com a introdução dos professores titulares e o seu posterior desaparecimento), o Modelo de Avaliação de Professores (que já vai para o seu terceiro modelo) e o Estatuto do Aluno (com as constantes alterações ao seu regime), que perturbaram de forma substancial o normal funcionamento das escolas, não se vislumbrando, com estas transformações grandes benefícios para os alunos e para o trabalho dos professores. Aliás, com estas transformações sucessivas observo precisamente o contrário: uma maior desorganização estrutural do ensino, clima de grande instabilidade e conflito na comunidade escolar e aumento do trabalho burocrático que muitas vezes se revela inútil quanto aos resultados. Em simultâneo assisto a uma progressiva e gradual desvalorização do valor do trabalho docente e por consequência do seu poder interventivo e transformador.

Os vários sistemas de avaliação de professores têm também contribuído, segundo o meu ponto de vista, para que o clima na escola se agrave, trazendo à superfície comportamentos mesquinhos e medíocres nas relações entre colegas que em nada valorizam a escola ou o trabalho docente.

A formação dos chamados “mega agrupamentos”, a diminuição progressiva do número de docentes na escola o aumento da carga de trabalho para os que se mantêm, o aumento do número de alunos por turma, a possível diminuição do número de horas para uma disciplina tão importante como a Educação Física, deixam antever um clima negativo de incerteza e frustração que me esforço por combater.

Melhorar as orientações legislativas e diminuir o clima de instabilidade existente na classe docente seria, a meu ver, um princípio fundamental para transmitir maior qualidade e estabilidade ao sistema de ensino e melhorar o clima educativo.

5 – Referências Bibliográficas

- Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Gordo, (2006), Projeto Educativo - A educação para os valores na minha escola – Socialização/ Língua/Raciocínio- 2006/2009.
- Agrupamento de Escolas Dom José I, (2012), Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António (2012-2015).
- Agrupamento de Escolas Dom José I, (2011), Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António.
- Agrupamento de Escolas Dom José I, (2011), Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António.
- Anacleto, F. (2008). *Do pensar ao planear: análise das decisões pré-interativas de planeamento de professores de educação física em estágio curricular supervisionado*. Dissertação de Mestrado. Cruz-Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.
- Aranha, Á., Melo, P. (2006) “Níveis de Satisfação com as aulas de Educação Física”, *Revista Horizonte*, Vol. 21, pp. 121-126
- Araújo, F. (2007) “A avaliação e gestão curricular em Educação Física – Um olhar Integrado”. *Boletim SPEF*, nº 32, pp. 121-133.
- Constituição da República Portuguesa, in
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
, acedido em 21 de Dezembro de 2012
- Costa, F. (1984) “O que é um ensino eficaz das atividades físicas no meio escolar”, *Revista Horizonte* N.º 1, pp. 22-26.

Carvalho, L. (1994) “Avaliação das aprendizagens em Educação Física”. *Boletim SPEF*. Nº10/11, pp. 135-151.

Censos de 2011, in

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao,
acedido em 21 Dezembro 2012.

Decreto-Lei nº75/2010 de 23 de junho – *Procede à décima alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril*, pp.2229-2237.

Decreto regulamentar nº2/2010 de 23 de junho – *Regulamenta o sistema de avaliação de desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*, pp. 2237-2244.

Despacho n.º 16 034/2010 de 22 de outubro - *Estabelece a nível nacional os padrões de desempenho docente*, pp. 52300-52302.

Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro - *Normativo que define apoios especializados para crianças e jovens com necessidades educativas especiais permanentes*, pp. 154-164.

Decreto-Lei nº75/2008 de 22 de abril – *Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*, pp. 2341-2356.

Decreto-Lei nº240/2001 de 30 de agosto – *O perfil de desempenho comum aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário*, pp. 5569-5572.

Decreto regulamentar nº 10/99 de 21 de Julho - *Estabelece o quadro de competências das estruturas de orientação educativa*, pp.11523-11524.

Decreto-lei 95/91, de 26 de Fevereiro - Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, in: http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/DL_95_1991.pdf, acedido em 20 Dezembro 2012.

Direção geral de inovação e desenvolvimento curricular (2007). *Programa do desporto escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.

Departamento da educação básica (1998). *Organização curricular e programas: 1º ciclo do ensino básico (2ªed.)*. Lisboa: Departamento de Educação Básica

Direção geral dos ensinos básico e secundário (1992). *A educação física no 1º ciclo do ensino básico*. Lisboa: Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário

Direção geral dos ensinos básico e secundário (1991). *Organização curricular e programas: Ensino Básico – 2º ciclo (vol. I)*. Lisboa: Direção geral dos ensinos básico e secundário.

Direção geral dos ensinos básico e secundário (1991). *Programa de Educação Física, ensino básico, 2º ciclo (vol. II)*. Lisboa: Direção geral dos ensinos básico e secundário

Duarte, H. (2012) *Relatório detalhado sobre a atividade profissional nos últimos quatro anos*. Dissertação de Mestrado. Cruz Quebrada: Universidade técnica de lisboa – Faculdade de Motricidade Humana

Gomes, L., (2012) *A opinião dos Professores de Educação Física sobre a integração de alunos portadores de Deficiência Mental nas suas aulas. A Motivação e a Ansiedade na integração dos alunos com Deficiência Mental nas atividades desportivas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Gow, A.; Bastin, M.; Maniega, S.; Hernández; M., Morris, Z.; Murray, C.; Royle, N.; Starr, J.; Deary, I.; Wardlaw, J. (2012) Neuroprotective lifestyles and the aging brain Activity, atrophy, and white matter integrity, in <http://www.neurology.org/content/79/17/1802>, acedido em 5 Janeiro 2013.

Januário, C. (1992). *O pensamento do professor: relação entre as decisões pré-interativas e os comportamentos interativos de ensino em educação física*. Dissertação de Doutoramento Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.

Jacinto, J., Comédias, J., Mira, J., Carvalho, L. (2001). *Programa nacional de educação física (reajustamento)*. Lisboa: ministério da Educação.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, pp.3067-3081.

Macedo, B (1991), "Projeto Educativo de Escola – Do porquê construí-lo à génese da construção". *Inovação*, Vol.4, nº2-3, pp.128-139

Marques, A. (2010) *A escola, a educação física e a promoção de estilos de vida ativa e saudável: estudo de um caso*. Dissertação de Doutoramento. Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.

Marques, A., Martins, J., Santos, F. (2012). "Educação Física: uma disciplina, diferentes perspetivas. Implicações práticas", *Boletim SPEF*, nº36, pp. 63-71.

Onofre, M., Marques, A., Moreira, A.R., Holzweg, M., Repond, R.M., Scheuer, C., (2012), "Physical Education and Sport in Europe: From individual reality to collective desirability (part 2)". *International Journal of Physical Education*, Volume: XLIX, issue 3, 3d quarter, pp.17-31.

Onofre, M., (2000), *Conhecimento prático auto-eficiência e qualidade do ensino: estudo multicaso em professores de Educação Física*. Tese 271 I.FMH, Cruz Quebrada.

Onofre, M. (1995). "Prioridades de formação em Educação Física", *Boletim SPEF*, nº 2, pp. 75-97

Pacheco, J. (1995). *A avaliação dos alunos na perspetiva da reforma*. Porto: Porto Editora

Pereira, P (2008). *Os processos de pensamento dos professores e alunos em educação física*. Dissertação de Doutoramento. Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.

Ramos, T. (2011) *Relatório detalhado sobre a atividade profissional dos últimos cinco anos, 2006-07 a 2010-11*. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.

- Reis, P. (2003), *Os efeitos das aulas de educação física na intenção e hábitos de exercício dos alunos*. Dissertação de Mestrado (Documento não publicado). Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.
- Rocha, L., (1996) “Não há Educação sem Educação Física: Educação Física e Educação Cívica”, *Boletim SPEF*, nº13, pp. 41-46.
- Rosado, A. (s/d), *Léxico comentado sobre planificação e avaliação*. Retirado de <http://www.home.fmh.utl-pt/~arosado/ESTAGIO/lexico2.htm> acedido em 20 de janeiro, 2012.
- Rosado, A. (2010) *Planeamento da Educação Física: Modelos de Lecionação*; in http://home.fmh.utl.pt/~arosado/Modelos20021_ficheiros/v3_document.htm. Acedido em 28 de Setembro 2012.
- Santos, G, Jacinto, J., Mira, J., Carvalho, L., (2004). *Na Educação Física vais aprender - Livro do professor*. Lisboa: Lisboa Editora.
- Sousa, R., (2010). “A promoção do aluno e do critério na aula de Educação Física”, *Boletim SPEF*, nº35, pp. 85-91
- Vieira, F, (2007) *As orientações educacionais dos professores de Educação Física e o currículo institucional*. Lisboa: Instituto Piaget.
- European Comission (2007) *White Paper “A Strategy for Europe on Nutrition, Overweight and Obesity related health issues”*, Brussels: Commission of the European Communities.
- Zabalza, M. (2002). *O desenvolvimento curricular na escola*. Porto: Asa

Anexos

Anexo I

Distribuição das matérias por período 5ºano (2012-2013)

1º Período	2º Período	3º Período
<p>A - Jogos pré desportivos – nível avançado</p> <p>Futebol humano, Rabia, Jogo de Passes, Bola ao cesto, Bola ao Capitão, Bola no Fundo, Futevolei, jogo de raquetas de madeira, Jogo do Mata e softball adaptado</p> <p>C - Ginástica no solo – nível introdutório</p> <p>D - Atletismo – corridas - nível introdutório</p> <p>Avaliação Inicial</p> <p>Aptidão física: Bateria de testes "Fitnessgram". Reforço da resistência e flexibilidade.</p> <p>Conhecimentos: O definido nas metas de aprendizagem para este ciclo.</p>	<p>A - Jogos pré desportivos:</p> <p>Tag rugby e basq 3x3 (para a participação com equipas nos torneios de Desporto Escolar)</p> <p>B - Futebol 5x5 – nível introdutório</p> <p>E – Patinagem (3º período na escola D. José I) – nível elementar</p> <p>F - Dança – nível introdutório</p> <p>G - Luta – nível introdutório</p> <p>Aptidão física: Reforço da força e flexibilidade.</p> <p>Conhecimentos: O definido nas metas de aprendizagem para este ciclo.</p>	<p>B - Voleibol – nível introdutório</p> <p>C - Ginástica aparelhos- nível introdutório</p> <p>D - Atletismo – nível introdutório</p> <p>Lançamentos e saltos.</p> <p>G - Percursos na Natureza, orientação – nível introdutório</p> <p>Aptidão física: Bateria de testes "Fitnessgram".</p> <p>Conhecimentos: O definido nas metas de aprendizagem para este ciclo.</p>

Distribuição das matérias por período 6ºAno (2012-2013).

1º Período	2º Período	3º Período
<p>A - Jogos pré desportivos:</p> <p>Futebol humano, Bola ao cesto, Bola no Fundo, Futevolei, jogo de raquetas de madeira, Jogo do Mata, softball adaptado e Tag rugby</p> <p>Nível avançado</p> <p>B – Basquetebol – nível introdutório</p> <p>D - Atletismo – Corridas - nível elementar</p> <p>C - Ginástica: no solo – nível elementar</p> <p>Avaliação Inicial</p> <p>Aptidão física: Bateria de testes "Fitnessgram". Reforço da resistência e flexibilidade.</p>	<p>B - Futebol – nível elementar</p> <p>C - Ginástica: no solo – Rítmica – nível introdutório</p> <p>E - Patinagem – nível elementar (3º período na escola D. José I)</p> <p>F - Dança – nível elementar</p> <p>G - Luta – nível introdutório</p> <p>Aptidão física: Reforço da força e flexibilidade.</p> <p>Conhecimentos: O definido nas metas de</p>	<p>A - Jogos pré desportivos – Jogo do Mata - nível avançado</p> <p>B - Voleibol – nível elementar</p> <p>C - Ginástica aparelhos- nível elementar</p> <p>D - Atletismo – lançamentos e saltos - nível elementar</p> <p>G - Percursos na Natureza – nível introdutório</p> <p>Aptidão física: Bateria de testes "Fitnessgram".</p> <p>Conhecimentos: O definido nas metas de</p>

Conhecimentos: O definido nas metas de aprendizagem para este ciclo.	aprendizagem para este ciclo.	aprendizagem para este ciclo.
--	-------------------------------	-------------------------------

Anexo II

Critérios de Avaliação do Subdepartamento de Educação Física, para o 5º Ano do 2º Ciclo do Ensino Básico (2012-2013)

	ÁREAS DISCIPLINARES 80%			ÁREAS TRANSVERSAIS 20%	
				Itens	Níveis
	Níveis	Atividade Física	Aptidão Física	Conhecimentos	Participação, Empenho – 5%
1	Não atinge em nenhuma das áreas o definido para o nível 3			Assiduidade (faltas injustificadas) Pontualidade, falta de Material - 5%	<p>Nível 5 - Não apresenta comportamento negativo no item correspondente, por período de aulas.</p> <p>Nível 4 - Apresenta de 1 a 5 comportamentos negativos, no item correspondente, por período de aulas.</p> <p>Nível 3 - Apresenta até 10 comportamentos negativos, no item correspondente, por período de aulas.</p> <p>Nível 2 - Apresenta mais de 10 registos negativos, no item correspondente, por período de aulas.</p> <p>Nível 1 – revela, na quase totalidade das aulas, registos negativos, no item correspondente, por período de aulas.</p> <p>Notas – a)O aluno pode apresentar até 2 registos de comportamento negativo, numa mesma aula, se depois de advertido pelo professor continuar a apresentar o mesmo comportamento.</p> <p>b)Se um aluno se destacar na participação, empenho ou cooperação pode “creditar”,</p>
2	Não atinge cumulativamente nas 3 áreas o definido para o nível 3			Cooperação – 5%	
3	3 Níveis introdutórios (A-G)	Obrigatório Vaivém + abdominais na ZSAF.+ Outro.	Obtém classificação suficiente (num teste ou trabalho por período)	Cumprimento de regras 5%	
4	Revela melhor desempenho em duas das 3 áreas.				
5	4 Introdutórios e 1 Elementar ou Avançado.	Todos os testes na ZSAF.	Obtém classificação Bom (num teste ou trabalho por período).		

					registos positivos, nesses itens.
--	--	--	--	--	-----------------------------------

Anexo III

Projeto educativo: Problemas detetados			
Alunos	Contexto social	Professores	Funcionários
<ul style="list-style-type: none"> - Fraca apetência para aulas de carácter expositivo. - Dificuldades de socialização e integração social. - Relações interpessoais conflituosas. - Agressividade. - Desrespeito pelas regras de boa educação e de convívio, dentro e fora da sala de aula. - Falta de hábitos e métodos de trabalho. - Dificuldades de concentração. - Dificuldades nas áreas da língua portuguesa, da matemática, inglês e história. - Capacidade de memorização pouco desenvolvida. - Ausência de horizontes culturais. - Pouca valorização dos conhecimentos adquiridos na escola. - Aspirações profissionais pouco concretas. - Fraca valorização do trabalho como força potenciadora do sucesso. - Falta de reconhecimento da autoridade. 	<p>O nível socioeconómico baixo das famílias "(...) Como podemos constatar, o nível socioeconómico da maioria das famílias é baixo, facto que é reforçado pelo número de alunos subsidiados (...) do 1º ciclo é de 45,3%"</p> <p>A agressividade no meio familiar, a pouca formação cívica, os baixos níveis de escolaridade, a incorreta e insuficiente participação na vida escolar dos seus educandos pelos encarregados de educação e a fraca valorização dada à escola e ao trabalho, são características deste contexto social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilidade e instabilidade do corpo docente. - Acompanhamento pouco sistemático de casos difíceis. - Pouca apetência para se integrarem e conhecerem o meio envolvente. - Dificuldades em lidar com casos graves de comportamento. - Falta de apoio de técnicos especializados em intervenção social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de uniformidade na atuação face ao cumprimento de regras. - Carência de formação adequada para lidar com casos de indisciplina. - Pressão social limitadora da atuação em situação de conflito.
Objetivos para a resolução dos problemas			
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o nível de formação cívica dos alunos. - Desenvolver autonomia e responsabilidade. - Desenvolver competências nas áreas da língua portuguesa e matemática, bem como das disciplinas que registam maior insucesso escolar – inglês e história. - Adequar o currículo e as atividades às necessidades dos alunos. - Diversificar atividades e modos de intervenção. - Fomentar atividades de carácter cultural. - Implementar currículos alternativos e profissionalizantes. - Requisitar técnicos especializados em intervenção social. - Implementar programas de tutoria. - Envolver alunos e familiares nas atividades e na preservação do espaço escolar. - Fomentar debates com a intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de Ações de formação. - Incentivar a participação dos pais na vida escolar através de projetos comuns. - Estabelecer contratos pedagógicos em casos problemáticos. - Dinamizar relações saudáveis entre escola e família. - Envolver instituições públicas e privadas da comunidade na vida escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a organização interna da escola. - Dinamização da inter-relação entre os professores dos diferentes ciclos. - Dinamizar a comunicação e a troca de experiências. - Desenvolver projetos que fixem os professores na escola. - Promover ações de formação adequadas às necessidades reais dos docentes. - Implementar a formação interna. - Efetivar um maior apoio por parte de especialistas em intervenção social e 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de formação adequadas às necessidades dos funcionários. - Promover uma maior participação na vida escolar. - Incentivar um maior diálogo e comunicação entre professores e pessoal não docente.

profissionais da área da segurança (PSP ou GNR).		psicologia.	
--	--	-------------	--

Pontos Fracos

I. Resultados Académicos / Oferta educativa / Recursos Pedagógicos

- Oferta formativa pouco diversificada visando as necessidades dos alunos;
- Horário de funcionamento das Bibliotecas escolares do 2º e 3º ciclos;
- Falta de funcionários nas Bibliotecas Escolares;
- Falta de um psicólogo para orientação vocacional a tempo inteiro;
- Insucesso escolar em várias disciplinas;
- Falta de aulas de apoio às disciplinas que apresentam maior insucesso escolar (2º e 3º ciclos);
- Falta de hábitos de trabalho dos alunos;
- Falta de um acompanhamento sistemático e regular dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;

II. Funcionamento de órgãos e estruturas pedagógicas

- Insuficiente articulação pedagógica vertical entre os departamentos, grupos disciplinares;
- Insuficiente articulação nos conselhos de turma;
- Dificuldades em fazer circular a informação de forma hierarquizada;
- Informação insuficiente por parte dos pais e E.E., sobre o funcionamento e funções dos órgãos e estruturas pedagógicas;
- Recursos insuficientes, para a dinamização de projetos inovadores;
- Dificuldades de implementação do trabalho colaborativo em grande grupo;
- Incompatibilidade de horários e sobrecarga horária para o trabalho em equipa e reflexão conjunta;
- Escassos espaços de trabalho e de equipamento.

III. Comunicação/relação na comunidade educativa

- Indisciplina;
- Agressividade (verbal e física);
- Falta de participação dos encarregados de educação;
- Défice de estratégias/atividades que promovam a efetiva participação dos E.E. de 2º e 3º ciclos;

CONSTRANGIMENTOS

- Turmas com elevado número de alunos;
- Insuficiente vigilância do recinto escolar;
- Excesso de burocracia;
- Inexistência de uma sala de estudo para os alunos;
- Dispersão dos estabelecimentos escolares;
- Falta de técnicos especializados (psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, assistência social);
- Inexistência de acessos para alunos com problemas de mobilidade na Escola sede, E.B.1/JI Prof. Caldeira Alexandre (edifício norte), E.B.1/JI António Aleixo e Edifícios mais antigos da Escola Básica de Monte Gordo onde funciona o 1º Ciclo;
- Falta de Internet na Escola Básica de Monte Gordo (edifícios do 1º ciclo e ensino pré-escolar);

<ul style="list-style-type: none"> Baixo nível de escolaridade dos encarregados de educação; Encarregados de educação e alunos oriundos de um meio socioeconómico carenciado 		
Objetivos I – Ensino e aprendizagem	Objetivos II – Participação na vida da escola e relação com a comunidade	Objetivos III – Formação
Promover uma escola de qualidade;	Proporcionar meios para o cumprimento dos programas, de aquisição de saberes e competências essenciais à formação e sucesso escolar dos alunos	Melhorar a eficácia da Escola
Promover uma escola inclusiva;	Dinamizar a articulação entre os órgãos de gestão, as estruturas de orientação educativa e coordenadores de projetos no planeamento/conceção de processos, momentos e instrumentos de avaliação, articulando-os de forma coerente, no contexto do ensino-aprendizagem	Formar os recursos humanos tendo em conta as necessidades do Agrupamento;
Promover a formação integral do indivíduo;	Promover uma comunicação eficaz entre todos os intervenientes do processo educativo do Agrupamento	
Promover a autonomia na aprendizagem;	; Desenvolver e participar em projetos de inovação pedagógica ligados ao conhecimento, à preservação do meio ambiente, saúde, alimentação, desporto, segurança, tecnologia de informação e comunicação	Ampliar as competências científicas, pedagógicas, tecnológicas e comunicativas.
Desenvolver conhecimentos necessários para criar condições que farão dos alunos cidadãos participativos na sociedade e com perspetivas de futuro.	Fomentar hábitos saudáveis (alimentação equilibrada, prática regular de atividade física, de higiene e de regras de segurança e prevenção);	
Melhorar progressivamente os resultados das aprendizagens escolares dos alunos	Promover a formação dos diferentes elementos da comunidade escolar para a implementação da Educação Sexual, através das estruturas de apoio existentes;	
Promover a melhoria dos resultados globais obtidos e a qualidade das aprendizagens, nomeadamente nas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Matemática e Inglês;	Fomentar a utilização das novas tecnologias.	
Melhorar os resultados obtidos pelos alunos nos Exames Nacionais de LP e MAT.	Promover um maior envolvimento dos Encarregados de Educação e das famílias, no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos	
Melhorar a articulação pedagógica entre ciclos	. Envolver os alunos e restante comunidade educativa em projetos do agrupamento	
Continuar a prevenir o abandono/insucesso através da despistagem precoce de inadaptações e dificuldades, proporcionando um acompanhamento adequado e prevendo orientações vocacionais diferenciadas	Aumentar a interação com o meio envolvente em vários domínios: curricular, artístico, científico, profissional e social	
Promover a cidadania	Promover iniciativas dinamizadas pela Escola/Agrupamento de índole cultural.	
Fomentar a formação de cidadãos socialmente responsáveis, capazes, intervenientes, críticos e que respeitem as diferenças sociais, culturais, religiosas, étnicas e de género.		
Reduzir situações de indisciplina		
Definir princípios e uniformizar os procedimentos de atuação com base na legislação vigente e nos documentos estruturantes do agrupamento;		
Articular as intervenções da escola e dos pais e encarregados de educação;		
Otimizar o desempenho dos assistentes operacionais de forma a minimizar os conflitos entre alunos no espaço escolar		